REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO
DIRECÇÃO NACIONAL DE ENSINO SECUNDÁRIO

História

10ª Classe

O meu caderno de actividades

STOP SIDA

STOP COVID -19

FICHA TÉCNICA

Título:	*O meu caderno de actividades de Historia - 10ª Classe*
Direcção:	Gina Guibunda & João Jeque
Coordenação	Manuel Biriate
Elaboradores:	Salvador Sumbane, Nárcia Bonnett & Isac Malombe
Concepção gráfica e layaout	Hélder Bayat & Bui Nguyet
Impressão e acabamentos:	MINEDH
Revisão:	Isaías Mulima
Tiragem:	xxx exemplares.

PREFÁCIO

No âmbito da prevenção e mitigação do impacto da COVID-19, particularmente no processo de ensino-aprendizagem, o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano concebeu um conjunto de medidas que incluem o ajuste do plano de estudos, os programas de ensino, bem como a elaboração de orientações pedagógicas a serem seguidas para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem.

Neste contexto, foi elaborado o presente Caderno de Actividades, tendo em consideração os diferentes conteúdos programáticos nas diferentes disciplinas leccionadas no Ensino Secundário. Nele é proposto um conjunto alargado de actividades variadas, destinadas a complementar as acções desenvolvidas na aula e também disponibilizar materiais opcionais ao desenvolvimento de competências pré-definidas nos programas.

A concepção deste Caderno de Actividades obedeceu à sequência e objectivos dos programas de ensino que privilegiam o lado prático com vista à resolução dos problemas do dia-a-dia e está estruturado em três (3) partes, a saber: I. Síntese dos conteúdos temáticos de cada unidade didáctica; II. Exercícios; III. Tópicos de correcção/resolução dos exercícios propostos.

Acreditamos que o presente Caderno de Actividades constitui um instrumento útil para o auto-estudo e aprimoramento dos conteúdos da disciplina ao longo do ano lectivo. O mesmo irá permitir desenvolver a formação cultural, o espírito crítico, a criatividade, a análise e síntese e, sobretudo, o desenvolvimento de habilidades para a vida.

As actividades propostas no Caderno só serão significativas se o caro estudante resolvê-las adequadamente, com a mediação imprescindível do professor.

"Por uma Educação Inclusiva, Patriótica e de Qualidade!"

CARMELITA RITA NAMASHULUA
MINISTRA DA EDUCAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO HUMANO

EduSkills
MOÇAMBIQUE

Biblioteca Digital EduSkills

Livros, exames e materiais de apoio para estudar melhor

100% Gratuito

Livros Escolares	Exames Escolares	Exames de Admissão	Exames Resolvidos
CLIQUE AQUI	CLIQUE AQUI	CLIQUE AQUI	CLIQUE AQUI

Estude onde estiver.
Aprenda no seu ritmo.
Construa o seu futuro.

A Biblioteca Digital **EduSkills** é o seu companheiro de estudo para alcançar melhores resultados e realizar sonhos.

ACEDER À BIBLIOTECA

www.eduskills.co.mz

CONFIANÇA
Segurança, credibilidade e compromisso.

EDUCAÇÃO
Conhecimento que transforma vidas.

MOÇAMBIQUE
Orgulho de ser moçambicano, foco no nosso país.

INOVAÇÃO
Tecnologia e educação caminhando juntas.

ÍNDICE

UNIDADE DIDÁCTICA 1 : AS CONTRADIÇÕES IMPERIALISTAS DOS FINAIS DO SÉCULO XIX ATÉ AO FINAL DA I GUERRA MUNDIAL

SÍNTESE

1.1 O desenvolvimento socioeconómico e político dos principais países capitalistas dos finais do século XIX aos princípios do século XX…….. 6
1.1.1 Situação sócio-económica e politica da europa nos finais do Século XIX…… 6
1.1.2 A formação das alianças e blocos militares e os primeiros conflitos entre as potências imperialistas…… 8
1.2. O estabelecimento do sistema colonial em África…… 9
1.2.1 Antecedentes…… 9
1.2.2 Instalação do sistema de dominação colonial e a resistência africana…….. 9
1.2.2.1 O Avanço dos Europeus pelo interior da África…….. 9
1.2.2.3 A conferência de Berlim - Causas, Objectivos e Decisões……11
1.2.3. A partilha de África……..11
1.2.3.1. Os Tratados…… 11
1.3 A Resistência Africana……13
1.4.1 As formas de Administração colonial em Acções……...14
1.4.2 Particularidades do colonialismo Português: caso de Moçambique……. 14

EXERCÍCIOS……17

UNIDADE DIDÁCTICA 2 : O MUNDO DEPOIS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL ATÉ AO FINAL DA II GUERRA MUNDIAL

SÍNTESE

2.1 Características económicas, sociais e políticas da Rússia no início do séculoXX……..17
2.1.1 A Revolução Russa de 1905…… 17
2.2.2 Da revolução burguesa de fevereiro de 1917 à revolução socialista de outubro de 1917 18
2.1.3 A formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas 19
2.2. O desenvolvimento económico, sociopolítico de alguns países depois da 1ª Guerra Mundial (1918-1929)…….. 19
2.2.1. Os Estados Unidos da América……19
2.2.2. Os Regimes Totalitários na Europa……20
2.2.2.1. Alguns exemplos de regimes totalitários……21
2.3 A Crise Económica ou a Grande Depressão de 1929-1933……21
2.3.1. Causas, características e consequências da crise económica mundial……21
2.3.2. Mundialização da Crise Económica dos anos 30…… 22
2.3.3 Tentativas de superação da crise…… 22
2.4 A 2ª Guerra Mundial, 1939-1945……..23
2.4.1 Antecedentes……23
2.4.2 As causas da 2ª Guerra Mundial…….. 24
2.4.3 Decurso da guerra: as fases da guerra…….. 24
2.4.4. O lançamento de bombas atómicas e o fim da 2ª Guerra Mundial……24
2.4.5 As Conferências de Ialta e de Potsdam.....25
2.4.6. Consequências da 2ª Guerra Mundial.....25

2.5. A Organização das Nações Unidas (ONU).....26
2.5.1. Criação da ONU.....26
2.5.2. Objectivos da ONU.....26
2.5.3 Órgãos do funcionamento da ONU.....26

EXERCÍCIOS.....30

UNIDADE DIDÁCTICA 3 : NACIONALISMO ECONÓMICO DE SALAZAR

SÍNTESE 33
3.1 31
3.2 O Acto Colonial.....31
3.3 As Culturas Forçadas.....32
3.4 A Crescente Importância da Colonização Mental.....32
3.5 Alterações na Política Colonial - os colonatos e os planos de fomento.....34
3.6 A Contestação da Situação Colonial (1938 – 1955).....34
3.6.1 O Reforço do Colonialismo na África Após a II Guerra Mundial.....35
3.6.2 As Organizações Nacionalistas no Pós-guerra.....36
3.6.3 A Luta Anti-colonial, 1955-1965.....37
3.6.4 Formação da Frelimo.....38

EXERCÍCIOS.....42

UNIDADE DIDÁCTICA 4 : O MUNDO ENTRE A CONFRONTAÇÃO E O DESANUVIAMENTO.

4.1 Factores do sucesso dos Estados Unidos de América.....43
4.2 Factores de desenvolvimento da URSS.....43
3.3 As contradições entre o bloco socialista e o bloco capitalista.....44
4.4 A guerra fria.....45
4.5 Manifestações do antagonismo.....45
4.6 A desestabilização de moçambique pelo regime do apartheid no contexto da guerra fria....46
4.7 Os países da Linha de Frente.....47
4.8 A Coexistência Pacífica.....48
4.9 Os países do terceiro mundo diante da guerra fria.....48
4.9.2 O Fim da Guerra Fria.....49

EXERCÍCIOS.....51

TÓPICOS DE CORRECÇÃO/SOLUÇÕES.....55

BIBLIOGRAFIA.....59

UNIDADE DIDÁCTICA 1 AS CONTRADIÇÕES IMPERIALISTAS DOS FINAIS DO SÉCULO XIX ATÉ AO FINAL DA I GUERRA MUNDIAL

SÍNTESE

1.1 O desenvolvimento socioeconómico e político dos principais países capitalistas dos finais do século XIX aos princípios do século XX

Até finais do século XIX, o avanço tecnológico ligado à Revolução Industrial permitia a Europa manter o domínio sobre as outras regiões do mundo, em especial territórios africanos e asiáticos. Por seu turno, os Estados Unidos da América (EUA) dominavam o Alasca, as Ilhas de Cuba, Porto Rico e Filipinas.

O ponto mais alto do colonialismo europeu e norte-americano deu origem a uma nova forma de domínio – o imperialismo - política de expansão de Estado, para dominar política e economicamente nações subdesenvolvidas e mais fracas, pelos países mais industrializados.

1.1.1 Situação socioeconómica e política da europa nos finais do século XIX

O desenvolvimento europeu nos finais do século XIX não era igual para todos os países, pois existiam países da Europa Ocidental e do Norte (Inglaterra, França, Bélgica, Reino Unido, Alemanha, mais os EUA) desenvolvidos, e os países da Europa do Leste e Meridional, economicamente pobres, atrasados e com técnicas agrárias rudimentares (Áustria-Hungria, Império Otomano e a Rússia).

A nível político existiam países com regimes democráticos e liberais: Inglaterra e França, e outros com regimes políticos autoritários: Alemanha, Áustria-Hungria, Rússia e o Império Otomano.

Estas diferenças de desenvolvimento entre os países nos finais do séc. XIX e princípios do séc. XX criaram ódio entre os países europeus, dando origem a várias contradições e conflitos imperialistas.

Inglaterra

Até meados do séc. XIX, a Inglaterra produzia e exportava têxteis, máquinas, locomotivas, carris e outros equipamentos. Registava, igualmente, um notável desenvolvimento técnico-científico e inovação tecnológica; modernização dos transportes marítimos e ferroviários. À mesma altura, tinha operado uma revolução agrícola e dispunha de um vasto império colonial. Foi a primeira

nação a promulgar uma legislação liberal e instalou infra-estruturas modernas avançadas.

A França

O desenvolvimento económico da França foi tardio, pois até ao início do século XIX a base da economia era agricultura tradicional com uma evolução lenta e uma população que crescia rapidamente.

Entretanto, nos princípios e meados do séc. XIX dá o salto qualitativo:

- Início da produção têxtil, da exploração do carvão, da indústria siderúrgica e metalúrgica;
- Expansão das linhas férreas que desenvolveram o mercado interno e as instituições financeiras.
- No princípio do século XX, desenvolvimento da indústria automóvel (Renault e Peugeot); e
- Neste período, possuía um império colonial em África e na Ásia que servia como fonte de matéria-prima e um mercado para os seus produtos industriais.

A Alemanha

A industrialização da Alemanha inicia nos meados do século XIX, mas o seu desenvolvimento foi rápido devido ao crescimento demográfico, ao proteccionismo aduaneiro, ao forte sistema financeiro, ao alargamento do mercado, à expansão colonial e comercial, à ciência e a técnica. No final do século XIX, a Alemanha desenvolveu a indústria química e de electricidade. Começou a exportar para o resto do mundo, concorrendo principalmente com a Inglaterra.

A Inglaterra reagiu aplicando políticas alfandegárias fortes sobre os produtos que entravam no seu país, criando uma rivalidade económica entre os dois países porque o desenvolvimento da Alemanha ameaçava os mercados monopolizados pela Inglaterra. Esta rivalidade seria arrastada até à 1ª Guerra Mundial.

Império Austro-Húngaro

O Império Austro-Húngaro iniciou a sua industrialização com recurso a capitais estrangeiros (franceses e alemães), incidindo na produção de equipamento fabril, alargamento da rede bancária e desenvolvimento das indústrias metalúrgicas e mecânica.

A Rússia

A Rússia tinha uma economia rural assente em moldes feudais, com técnicas agrícolas rudimentares e dependente da exploração do trabalho servil. O desenvolvimento industrial ocorreu graças ao financiamento externo (capitais franceses e ingleses) a partir de 1905 que permitiram a instalação da rede ferroviária interligando várias regiões do território. Neste período, a industrialização ocorria nas cidades de São Petersburgo e Moscovo. A Rússia ocupava o quinto lugar no desenvolvimento económico e industrial a nível mundial.

1.1.2 A formação das alianças e blocos militares e os primeiros conflitos entre as potências imperialistas

As contradições políticas e ideológicas entre diversos países da Europa contribuíram para a busca de alianças diplomáticas e de blocos militares. Constantemente, as potências europeias ameaçavam-se devido a:

- rivalidades políticas internacionais;
- colonialismo imperialista;
- nacionalismo exacerbado de algumas potências; e
- concorrência entre as grandes potências industrializadas.

Estas situações provocaram a corrida ao armamento e, para se fortalecerem, os países formaram alianças, de acordo com seus interesses.

Tríplice Aliança - acordo militar assinado em 1882 e renovado em 1912 entre o império alemão, império Austro-Húngaro e o Reino da Itália;
b) Tríplice Entente - acordo militar firmado em 1884 entre a França e a Rússia e ainda a Inglaterra, desde 1907.

A criação dos blocos militares e a corrida ao armamento (aumento do fabrico de armas, dinamização da construção naval e prolongamento do serviço militar) constituíam uma ameaça à paz. Vivia-se na Europa uma "paz armada" em que um pequeno incidente poderia desencadear um conflito de grandes dimensões. Foi o que aconteceu em 1914, quando deflagrou a I Guerra Mundial.

No início do século XX as grandes potências rivais eram a Inglaterra e a Alemanha devido à rápida industrialização da Alemanha. A rivalidade económica entre Inglaterra e Alemanha alastrou-se para o campo político-militar. O expansionismo alemão também chocava com os interesses da França, que perdeu as províncias de Alsácia e Lorena e as bacias carboníferas, na guerra franco-prussiana.

Além da rivalidade entre as principais potências, registaram-se outros conflitos:

- A crise de Marrocos, que nasceu do desentendimento entre a França e Alemanha;
- A crise dos Balcãs, região entre os mares Negro e Adriático, entre a Áustria-Hungria, Sérvia e Rússia;
- A França reivindica as suas províncias de Alsácia e Lorena, províncias anexadas pela Alemanha na guerra Franco-prussiana (1870-71);
- Em África, a guerra Anglo-Boer (1899-1902) em que a Inglaterra pretendia anexar as colónias de Transval e Orange;
- A Rússia e o Japão disputavam a Manchúria e a Coreia (1904);

- Conflito hispano-americano pelo domínio de Cuba, entre outros.

Estes conflitos geraram na Europa um ambiente de tensão que ameaçava levar a um conflito entre as nações.

1.2. O estabelecimento do sistema colonial em África

1.2.1 Antecedentes

O desenvolvimento da Europa no século XIX foi produto de intercâmbios, desde o século XV, entre a Europa e outros continentes e, sobretudo, da revolução industrial. Este desenvolvimento despoletou o interesse dos europeus pelo continente africano e a concorrência dos estados europeus pela África, o que culminou em conflitos.

O avolumar das contradições entre os estados europeus levou à convocação da Conferência de Berlim, tendo como objectivos:

- Acabar com os conflitos inter-imperialistas e evitar futuros conflitos.
- Definir as modalidades de acesso às áreas de interesse comum, de navegação e de Comércio.

Desta conferência, foram atingidos os seguintes objectivos:

- Estabeleceu-se a liberdade de navegação comercial no rio Congo;
- Reconheceu-se o estado Congo-Belga;
- Definiu-se um novo direito colonial, baseado no princípio da ocupação efectiva dos territórios e não no tradicional direito histórico.

1.2.2 Instalação do sistema de dominação colonial e a resistência africana

1.2.2.1 O Avanço dos Europeus pelo interior da África

Até ao final do século XVIII o continente africano era constituído por reinos, estados e impérios autóctones, encabeçados por chefes africanos. A vida política, económica e ideológica estava sob controlo efectivo dos próprios africanos, isto é, a presença europeia em África estava bastante limitada.

Encontravam-se alguns comerciantes ao longo da costa que se dedicavam ao comércio com as comunidades africanas.

A partir de finais do século XVIII, a atitude dos europeus em relação a África modifica-se. Os europeus, que até finais do século XVIII não mostravam interesse em penetrar para o interior da África, começam, nesta altura, a manifestar interesse pelo interior do continente africano. Como é que se explica esta mudança de atitude?

- Movimento contra a escravatura;
- Movimento missionário;

- Curiosidade Científica e o Espírito de Aventura;
- Impacto da Revolução Industrial.

1.2.2.2 As Viagens Exploratórias

O avanço dos europeus para o interior da África só foi possível graças à acção dos exploradores. Com efeito desde princípios do século XIX, colunas militares, mercadores e missionários começaram a palmilhar o continente. O objectivo era estudar, fazer o reconhecimento do mesmo.

As viagens exploratórias ou de reconhecimento tinham como principal objectivo produzir o máximo de informação sobre o continente africano e, em particular, as vias e condições de acesso não interior. Desse modo, as viagens exploratórias incidiram sobre as principais vias de acesso ao interior (os rios). Veja, por zonas, as principais expedições realizadas...

África Ocidental	Houghton Hornemann Mungo Park Denhan Clapperton Richard Lander Jean Lander René Cailé Gordon Laing Henri Barth
África Oriental e Central	Rebmann Krapf Burton Speke Samuel Baker
África Central e Austral	David Livingstone Henri Morton Stanley

Até ao final do terceiro quarto do século XIX a presença europeia em África era bastante reduzida. Inglaterra, Alemanha, França, Portugal exerciam alguma influência em África e tinham interesses comerciais. Mas o controlo político era quase nulo.

O período de 1880 a 1935 foi marcado por rápidas mudanças no mapa político da África. Se em 1880 os europeus ocupavam apenas algumas regiões ao longo da costa, cuja extensão representava cerca de 20% do território africano, em 1914 todo o continente estava sob domínio dos europeus, exceptuando a Etiópia e a Libéria.

Corrida imperialista é como se convencionou chamar ao ambiente de disputa entre os estados europeus pela África, entre finais da década de 1870 e princípios de 80. Esta corrida imperialista não foi pacífica, mas, sim, acompanhada de conflitos entre as potências imperialistas.

1.2.2.3 A conferência de Berlim: causas, objectivos e decisões

Na busca de soluções para os conflitos inter-imperialistas, que ameaçavam levar à confrontação, foi convocada a Conferência de Berlim.

Os conflitos entre os estados europeus, motivados pela disputa de territórios em África, foram as principais razões que levaram à convocação da Conferência de Berlim.

Objectivos da Conferência de Berlim

- A eliminação e a prevenção de conflitos, relacionados com a partilha entre os estados europeus,
- Estabelecimento dos mecanismos da partilha.

1.2.3. A partilha de África

Entre as várias deliberações que saíram da Conferência de Berlim, o princípio da ocupação efectiva foi o que maior impacto teve na evolução posterior da África. Segundo este princípio, a presença na costa não dava direitos sobre as terras do interior pelo que qualquer potência que reclamasse autoridade sobre determinado território devia proceder à sua ocupação efectiva. Com este enunciado ficava claro que as terras que não estivessem sob ocupação efectiva podiam ser tomadas por qualquer potência.

Pois bem, diante desta decisão todas as potências viram-se forçadas a agir no sentido de preservar as suas áreas de influência. Assim, logo depois da conferência de Berlim os estados europeus lançaram-se na conquista.

Neste processo, foram essencialmente duas as vias utilizadas: os tratados e a militar.

1.2.3.1. Os Tratados

Existiam dois tipos de tratados: não-europeus e bilaterais.

Os Tratados Afro-Europeus

Eram assinados entre os chefes africanos e os europeus. Estes tratados subdividiam-se em dois tipos:

- **Tratados comerciais ou ligados ao tráfico de escravos** – que originaram a intervenção política europeia em África.

- **Tratados políticos** - através dos quais os chefes africanos faziam concessões aos

europeus em troca da protecção. Os tratados políticos eram feitos entre os africanos e representantes dos governos europeus ou organizações privadas que depois cediam os acordos aos seus governos. Os acordos políticos não produziam, só por si, resultados concretos em termos de ocupação, mas eram usados tanto como pretexto para a ocupação, bem como instrumento para conseguir vantagens nas disputas com outros estados.

Os Tratados Bilaterais

Os tratados bilaterais são aqueles que foram assinados entre as potências europeias.

Em regra, os tratados bilaterais eram assinados a seguir à delimitação das áreas de influência pelas potências. Sempre que um estado europeu determinasse a sua área de influência era preciso que os outros países aceitassem ou, no mínimo, não contestassem para que se considerasse válida a possessão. Entretanto, como as áreas de influência eram frequentemente contestadas, tornavam-se, quase sempre, necessários os tratados para resolver as disputas territoriais.

Os Principais Focos de Conflitos Inter-Imperialistas

Alguns tratados bilaterais europeus de partilha:

Tratado anglo-alemão (29/4 e 7/5/1885)	*Definiu as zonas de influência da Inglaterra e da Alemanha no Sudoeste Africano*
Tratado anglo-alemão (1/11/1886)	*Coloca Zanzibar sob influência britânica e a África Oriental fica com a Alemanha*
Tratado de Heligoland	*Dividiu a África Oriental britânicos e Alemães*
Tratados anglo-alemães (1890-93)	*Deram à Inglaterra, direitos sobre o Alto Nilo*
Tratado anglo/italiano (1891)	
Tratados franco/português, Luso/germânico (1886) e anglo-português (1891)	*Reconhecem a influência portuguesa em Moçambique e Angola e demarcam as áreas inglesas na região austral*
Tratado entre a Inglaterra e o Estado Livre do Congo	*Fixou os limites do Estado Livre do Congo*
Convenção do Níger (1898)	*Pôs fim as disputas entre França e Inglaterra na África Ocidental*
Convenção Anglo-francesa (1899)	*Regulamentou a questão egípcia* *Tratado de Vereeniging (1902) pôs fim à guerra anglo-boer.*

1.2.3.2 Dos tratados à Conquista Militar

Os tratados, só por si, não tinham força suficiente para levar à conquista de África. A efectivação da ocupação do continente só podia ser assegurada pela via militar. A partir da segunda metade da década de 1880 as diferentes potências europeias iniciaram acções militares visando conquistar e ocupar os territórios. Veja, no quadro abaixo, os territórios ocupados pelos europeus.

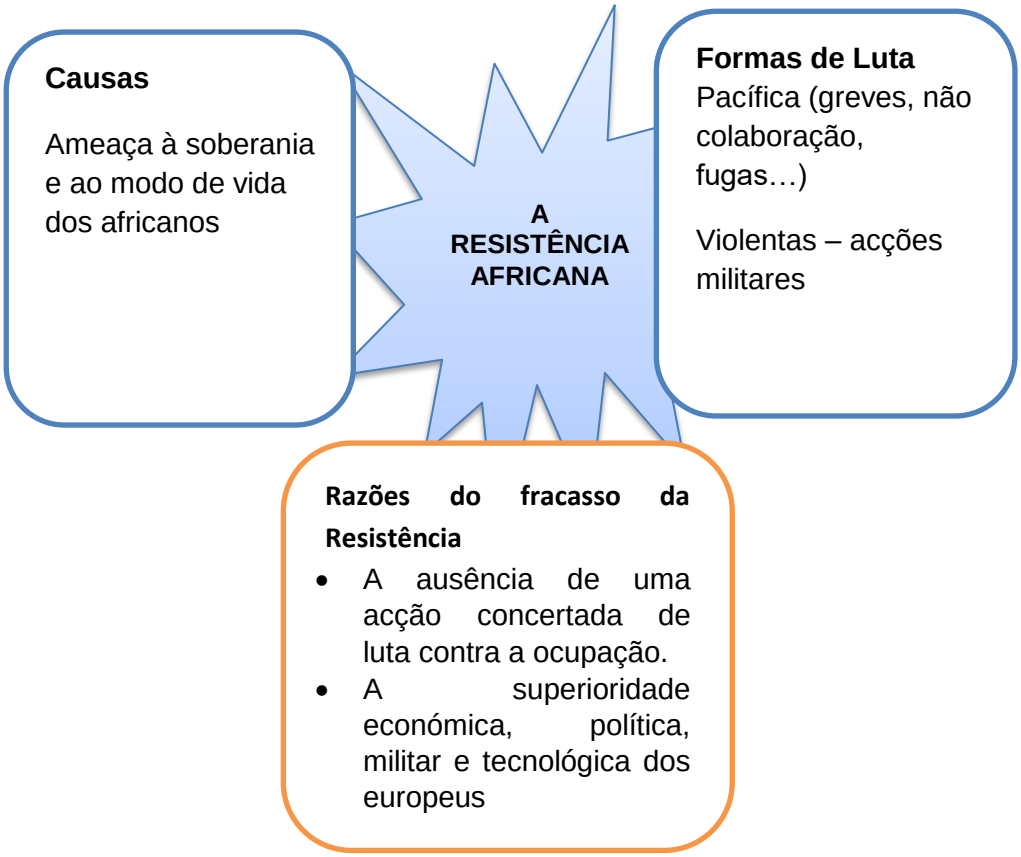
País europeu	Colónias
França	Senegal, Níger, Mali, Sudão, Costa do Marfim, Guiné Francesa, Daomé, Gabão, Argélia e Madagáscar.
Inglaterra	Costa do Ouro, Nigéria, Serra Leoa, Egipto, Sudão, Zanzibar, Uganda, Quénia, Zimbabwe, Zâmbia, Malawi e África do Sul.
Alemanha	Sudoeste Africano (Namíbia), Togo, Camarões e Tanganyica.
Portugal	Angola, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Moçambique.
Bélgica	Congo, Burundi, Ruanda
Itália	Eritreia, Somália, Tripolitânia e Cirenaica (Líbia)

1.2.3.3 O Mapa político de África após a conquista e a ocupação

O período de 1880 a 1910, um intervalo de 30 anos, foi marcado por profundas transformações no mapa político de África.

Se em 1880, apenas 20% do território africano, correspondente às regiões costeiras, é que registava a presença de europeus; em 1914 o continente africano estava quase totalmente ocupado, exceptuando apenas a Libéria e a Etiópia. Os vários estados, reinos e impérios africanos que existiam em 1879 deram lugar a cerca de 40 novos estados.

1.3 A Resistência Africana



1.4. A Administração Colonial em África

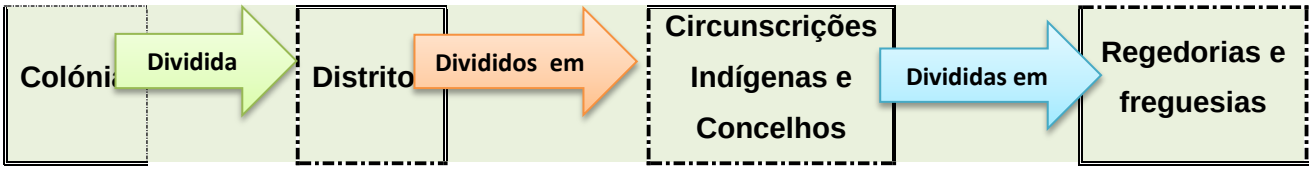
1.4.1 As formas de administração colonial em África

Formas		Características	Tipos de colónias
Administração colonial	*Directa*	*Os colonizadores estabeleciam uma máquina administrativa completamente trazida das metrópoles*	*Colónias de povoamento*
	Indirecta	*Caracterizada pela manutenção das estruturas tradicionais no da potência colonizadora.*	*Colónias de exploração* *Protectorados*

1.4.2 Particularidades do colonialismo Português: caso de Moçambique

A colonização da África foi-se realizando à medida que as potências iam ocupando novos territórios.

Em Moçambique, as primeiras tentativas sistemáticas para criar um sistema de administração colonial foram levadas a efeito após a Conferência de Berlim. António Enes, nomeado comissário - régio de Moçambique em 1895, foi o responsável pela montagem do estado colonial em Moçambique. A estrutura do estado colonial português em Moçambique apresentava-se conforme o esquema abaixo.



Por outro lado, foi concebido um sistema de Educação que dividia os moçambicanos em duas categorias sociais: **assimilados** e **indígenas**, impedindo, assim, a sua unidade, face à dominação colonial.

No contexto da exploração colonial, cabia aos moçambicanos o papel de produzir mercadorias, servindo como mão-de-obra barata nos diferentes sectores da economia colonial. A materialização deste objectivo foi possível com recurso a certas medidas como o Xibalo (trabalho forçado) e o Imposto da Palhota, usado para angariar receitas para o estado, mas também para forçar os camponeses a trabalharem nas plantações, construções e outros sectores da economia colonial.

Para desenraizar o africano do seu passado histórico e forçá-lo a adaptar-se à sociedade colonial, o Estado colonial português impôs uma política de assimilação que dividia a sociedade moçambicana em assimilados e indígenas.

Os assimilados eram moçambicanos a quem eram concedidos alguns direitos que se aproximavam aos dos colonos. Eram considerados cidadãos com alguma cultura europeia, utilizando-se para eles o termo "civilizado". Os indígenas - pertenciam à última categoria na sociedade colonial, praticamente sem direitos; não lhes era reconhecido o direito à cidadania.

A exploração colonial em Moçambique foi possível graças à aliança do estado colonial com o capital estrangeiro. Grande parte do território de Moçambique foi cedido ao capital estrangeiro que, através de companhias, explorou os territórios cedidos. Foi o que aconteceu com a cedência de Manica e Sofala à Companhia de Moçambique, aos territórios de Cabo Delgado, entregues à Companhia do Niassa, e ao vale do Zambeze, concessionado à companhia da Zambézia, companhia de Boror, companhia da Madal, Empresa Agrícola de Lugela, etc.

As terras a sul do rio Save serviam como fonte de recrutamento de mão-de-obra para a África do Sul e as regiões de Nampula e do sul do rio Save ficaram sob a administração directa do estado colonial.

A criação da **WENELA**, como uma empresa vocacionada para o recrutamento de trabalhadores para a África do Sul mostra a importância que o trabalho nas minas representava para as economias sul-africana e de Moçambique.

EXERCÍCIOS

I. Responda, com clareza e objectividade, às questões que se seguem.

1. Porque é que nos finais do século XIX a Europa exercia domínio sobre as outras regiões do mundo?

2. Mencione os principais países capitalistas que se desenvolveram nos finais do século XIX e princípios do século XX.

II. Assinale com X a opção que completa a afirmação.

3. A Inglaterra nos meados do século XIX era o país …

A. com menor avanço tecnológico.

B. que importava têxteis e locomotivas.

C. que mais produzia e exportava.

D. com menor avanço económico.

4. O principal responsável pela implantação do corporativismo em Portugal foi …

A. Marcelo Caetano.

B. Mouzinho de Albuquerque.

C. António Enes.

D. António Salazar.

III. Assinale com V as afirmações verdadeiras e com F as falsas.

Afirmações	V/F
5. O crescimento acelerado da economia inglesa foi graças à inovação tecnológica e ao desenvolvimento científico.	
6. Nos finais do século XX, a França expandiu as linhas férreas e, ao mesmo tempo, surgiram as indústrias metalúrgicas e siderúrgicas.	
7. O desenvolvimento económico da Alemanha esteve aliado ao crescimento demográfico, alargamento do mercado interno e à aplicação da ciência e técnica.	
8. A Rússia nos finais do século XIX e princípios do século XX ocupava o quinto lugar em termos de desenvolvimento económico e industrial.	
9. A Austria-Húngria desenvolveu a sua economia com base nos capitais estrangeiros. alemães e ingleses.	

10.

11. Pinte no mapa todos os territórios ocupados pela França, Inglaterra e Portugal.

EduSkills MOÇAMBIQUE
Livros Escolares
Exames Escolares
Exames de Admissão
Exames Resolvidos
ACEDER À BIBLIOTECA
www.eduskills.co.mz

SÍNTESE

Após a IGM, a Europa entrou numa fase de restruturação e recuperação dos danos da guerra. Depois de um curto período de paz e prosperidade, a década de 1930 inicia com uma crise económica que abalou a economia dos EUA, do mundo capitalista e dos países cujas economias eram dependentes da produção e exportação de matérias-primas.

A Rússia, cuja economia era basicamente agrícola, com alguma industrialização dependente de capitais estrangeiros, iria passar por uma grande instabilidade económica e social que conduziu o país a uma crise política, marcada por revoluções.

Na Itália, Alemanha e Portugal surgiram regimes ditatoriais, que só agravaram a situação de descontentamento popular e empurraram os seus países a outras crises.

2.1 Características económicas, sociais e políticas da Rússia no início do século XX

Economia	• Baseada na agricultura, com técnicas rudimentares. • Indústria frágil e dependente de capitais estrangeiros.
Sociedade	• A sociedade russa era estratificada em: ○ Nobreza e clero - com privilégios e vastas extensões de terras e ocupavam cargos de administração política; ○ Terceiro Estado - composto por burgueses, camponeses, artesãos e o resto da população sujeita à servidão e vivia na miséria. • Instabilidade social devido às injustiças sociais e à política ditatorial.
Politicamente	Regime autoritário e absolutista dirigido pelos Czares

2.1.1 A Revolução Russa de 1905

Antes de 1905, a Rússia era abalada por um ambiente de descontentamento da população devido à pobreza que assolava o país e à derrota da Rússia na guerra com o Japão (1904/05).

Assim, no dia 22 de Janeiro de 1905, um Domingo, operários descontentes em S. Petersburgo dirigiram-se ao Palácio de Inverno numa manifestação pacífica, pedindo pão e melhores condições de trabalho ao Czar. Estes foram recebidos a tiro pelo exército tendo morto cerca de duas mil pessoas. Este dia ficou conhecido por "***Domingo Sangrento***".

Importância ou significado da Revolução de 1905

- Foi o primeiro grande movimento contra o regime czarista;
- Obrigou o Czar a decretar, embora provisoriamente, as liberdades democráticas e a convocar eleições para o parlamento – DUMA;
- Impulsionou o movimento operário internacional;
- Constituiu uma grande experiência para o triunfo da Revolução de 1917**.**

2.2.2 Da revolução burguesa de Fevereiro de 1917 à revolução socialista de Outubro de 1917

A Revolução Burguesa de Fevereiro de 1917

Depois da Revolução de 1905, reprimida pelo exército, viveu-se um período de relativa acalmia. No início de 1917, a Rússia entrou num novo período de instabilidade política e social que culminou com uma nova revolução - A Revolução burguesa de Fevereiro de 1917.

Causas da Revolução	Os principais acontecimentos
• A participação da Rússia na IGM agravou as dificuldades da população; • Emergência dos sectores políticos mais radicais; • Inflação, subida de preços, escassez de alimentos e de carvão nas áreas urbanas e o agravamento da situação económica perante a devastação e perda de recursos; • Afluxo dos camponeses para as cidades; • Perante esta situação, o Czar tomou uma série de medidas radicais, ordenando o esmagamento de qualquer manifestação e encerrou a DUMA (parlamento) em 1917.	Greves e motins populares; Invasão do palácio de São Petersburgo; Instauração de um governo provisório; 2/03/1917, derrota do Czar (fim do czarismo na Rússia); Início da oposição dos Bolcheviques liderados por Vladimir Lénine ao governo provisório; Após um período de exílio, Lénine liderou um movimento visando a saída da Rússia da guerra, o derrube do governo provisório e à confiscação das grandes propriedades; Em Outubro de 1917, os Bolcheviques triunfaram impondo a nacionalização e colectivização de toda a economia russa e a instauração da ditadura do proletariado, ou seja, a aplicação de uma doutrina marxista; Pela 1ª vez na História, os representantes do proletariado conquistaram o poder político. Era o triunfo da Revolução e a implantação do estado socialista.

O novo Estado Socialista adoptou várias medidas:

- a nacionalização das terras para serem distribuídas aos camponeses;
- a nacionalização dos bancos;

- impôs uma economia planificada através dos planos quinquenais com vista a tornar o país auto-suficiente;
- a colectivização da agricultura e da indústria pesada e siderúrgica;
- o desenvolvimento do sector da indústria metalúrgica e da extracção mineira, de modo a desenvolver a produção do material bélico para a defesa do país.

Importância e/ou significado histórico da Revolução de Outubro de 1917

- Foi a 1ª revolução socialista operária vitoriosa no mundo;
- Influenciou e impulsionou os movimentos operários e revolucionários na Europa e no mundo;
- Incentivou à criação de partidos comunistas em vários países;
- Despertou os movimentos de libertação na Ásia, África e América Latina;
- O mundo ficou dividido em 2 sistemas sociais opostos: o capitalismo e o socialismo.

2.1.3 A formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Após a revolução socialista, o novo regime enfrentou quatro anos de guerra civil contra os defensores do antigo regime, apoiados por países europeus que temiam que o socialismo se espalhasse. Em 1922, uma nova Constituição cria a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), surgindo como um estado federal baseado em:

- igualdade de direitos;
- planificação da economia nacional;
- defesa e autonomia na educação, saúde pública e da segurança social.

2.2. O desenvolvimento económico, sociopolítico de alguns países depois da I Guerra Mundial (1918-1929)

2.2.1. Os Estados Unidos da América

Até 1914 a Europa era o centro do desenvolvimento mundial e os EUA um país pouco desenvolvido e endividado com os estados europeus. A IGM colocou o país no topo do desenvolvimento económico mundial passando a ser credor da Europa. Esta mudança deveu-se a dois factores principais:

- Os EUA não foram atingidos pela guerra pois esta decorreu na Europa;
- Os EUA forneciam matérias-primas, maquinarias, armamentos, géneros alimentares e outros produtos aos países europeus envolvidos na guerra, acumulando riqueza;
- A indústria de guerra proporcionou aos EUA um grande desenvolvimento da extracção mineira, da produção do aço e da construção naval.
- A produção do ouro aumentou e as indústrias químicas, metalúrgica e automóvel

desenvolveram-se.

Como resultado dos factores descritos entre 1913 e 1929, regista-se nos EUA um rápido crescimento industrial, económico e financeiro, o que criou um clima de optimismo e confiança que ficou conhecido como a “era da prosperidade”, que se caracterizava por:

- Alargamento dos mercados interno e externo;
- Crescimento da indústria automóvel;
- Melhoria das condições de vida da população.

Os EUA passaram a ser responsáveis por quase 50% da produção industrial mundial e empregavam 98% da população.

2.2.2. Os Regimes Totalitários na Europa

A Primeira Guerra Mundial teve resultados desastrosos para alguns países vencidos como a Itália e Alemanha. Alguns líderes políticos destes países defendiam que a derrota na guerra tinha sido resultado da ineficiência dos governos democratas e liberais e que os governos deveriam ser fortes para serem eficientes. Os partidos políticos, as eleições, o voto directo, eram apontados pela direita como os motivos para o conflito e a crise económica.
Assim, os cidadãos deviam seguir os passos de um chefe carismático que se encarregaria de conduzir a política nacional. Os partidos políticos não deveriam existir, pois eram a expressão da discórdia.

Foi nesta base que surgiram na Europa regimes totalitários cujas características são:

- Governo centralizado;
- Nacionalismo extremado;
- Anti-liberalismo;
- Militarismo;
- Organizações militaristas para a juventude;
- Culto ao líder;
- Partido único;
- Expansionismo territorial.

Este foi o caso da Itália onde Benito Mussolini afirmava que a melhor maneira de resolver os problemas do país era a criação de um regime totalitário.
Também foi a transformação pela qual passou o governo soviético, após a morte de Lénine, quando o regime se centralizou na figura de Stalin. Desta maneira, aqueles que não estavam de acordo com as directrizes stalinistas eram perseguidos e o poder decisório dos sovietes foi diminuído.

2.2.2.1. Alguns exemplos de regimes totalitários

País	***Fundador***	***Ano***	***Partido***
Itália (Fascismo)	Benito Mussolini	1919	Partido Nacional Fascista
Alemanha (Nazismo)	Adolfo Hitler Fuhrer	1919	Partido Nacional Socialista (partido Nazi)
Portugal (corporativismo)	António Oliveira Salazar	1933	União Nacional

Sendo Portugal o país colonizador de Moçambique, a implantação de um regime totalitário naquele país teve reflexos na vida política, económica e social do nosso país. Algumas medidas introduzidas em Moçambique, na sequência do surgimento do corporativismo em Portugal, foram:

- Implementação do Acto Colonial (conjunto de leis referentes à administração das colónias);
- Controlo da mão-de-obra através da Direcção dos Serviços e Negócios Indígenas;
- Recenseamentos para conhecer o número de potenciais trabalhadores que possuía e o quantitativo dos prováveis pagadores de imposto;
- Introdução da Caderneta Indígena;
- Introdução da agricultura familiar de culturas obrigatórias (algodão, tabaco, sisal);
- Instituiu uma nova política de plantações com a intervenção directa do capital português;
- Foram aperfeiçoados os métodos de cobrança do imposto indígena e o antigo imposto de palhota transformado em imposto de capitação;
- Introduzido o imposto reduzido indígena pago por mulheres divorciadas, viúvas e solteiras;
- Imposto remisso indígena, como medida correctiva a todos que fugiam ou atrasavam ao pagamento dos impostos normais.

2.3 A Crise Económica ou a Grande Depressão de 1929-1933

2.3.1. Causas, características e consequências da crise económica mundial

Após um curto período de prosperidade, os EUA foram abalados por uma grave crise económica, cujo início foi dado pela notícia da ruptura da maior bolsa de valores em Wall Street, no dia 24 de Outubro, *a 5ª Feira Negra*. Neste dia registou-se a maior queda de acções de sempre, em Wall Street, desencadeando a derrocada da economia mundial que provocou uma crise económica gravíssima nos EUA, arrastando consigo uma série de consequências que levaram a uma depressão económica no mundo.

2.3.2. Mundialização da Crise Económica dos anos 30

A crise económica que iniciou na América espalhou-se para a Europa, devido à retirada dos capitais americanos da Europa. A Alemanha, Inglaterra e Áustria foram os países mais atingidos pelos efeitos da crise americana, originando a falência de muitos bancos e empresas.

Também foram atingidos pela crise muitos países da África, Ásia e América Latina, devido à redução das importações de matéria-prima pelos países europeus debilitados economicamente. A crise económica passava a ser mundial.

A URSS não foi afectada pela crise económica de 1929-1933, porque havia introduzido uma política económica fechada baseada nos planos quinquenais.

2.3.3 Tentativas de superação da crise

O New Deal nos EUA

Nos finais de 1932, Franklin Roosevelt ganha eleições presidenciais nos EUA e, em 1933, a política do New Deal (Nova Era), que era um programa de reforma com a intervenção do Estado na agricultura e na indústria com objectivo de equilibrar a oferta e a procura, relançando a produção e a resolver o desemprego.

Medidas tomadas por Roosevelt para relançamento da economia:

- Concessão de subsídios aos agricultores; financiamento de cooperativas; redução de áreas cultivadas (a fim de reduzir a superprodução e subir os preços agrícolas);
- Redução da concorrência e controlo da produção na indústria; diminuição das horas de trabalho; elevação do nível de salário (para aumentar o consumo);
- Elaboração de uma legislação de controlo das actividades da banca e da bolsa de valores;
- Criação de postos de trabalho através de lançamento de grandes obras públicas (estradas, barragens, bairros residenciais, etc.); concessão de subsídios aos desempregados e idosos; fixação de salário mínimo e do horário de trabalho; reforço do poder do sindicato e garantia de segurança social na velhice e na doença.

2.4 A II Guerra Mundial, 1939-1945

2.4.1 Antecedentes

- A crise económica criada pela Grande Depressão (1929-1933) conduziu ao crescimento do sentimento nacionalista e ao aparecimento de líderes que defendiam as ditaduras;
- As democracias liberais e burguesas estavam ameaçadas, devido à crise económica, financeira e política;
- Novos conflitos com o proletariado e as respectivas tensões laborais e políticas;
- Lutas internas em algumas zonas da Europa;
- Humilhação sofrida pelos alemães no final da 1ª Guerra Mundial e no Tratado de Versalhes;
- As perdas materiais e as pesadas baixas sofridas na 1ª Guerra Mundial.

Neste período, assiste-se ao retorno à corrida ao armamento, onde cada país procura tornar-se auto-suficiente em todos os aspectos, inclusive no campo militar.

Ocorrem no período pós IGM movimentos expansionistas ditatoriais imperialistas que seriam as causas imediatas da guerra, a destacar:

- Em 1931, o Japão invade a Manchúria no Nordeste da China;
- Em 1935, a Alemanha ocupou a zona norte do Sare e a Renânia;
- Entre 1936 e 1937, assiste-se à formação do Eixo Berlim – Roma – Tóquio;
- Entre 1936 e 1939, deu-se a guerra civil na Espanha que contribuiu no agravamento das tensões internacionais;
- Em 1938, a Alemanha anexou a Áustria; em Abril de 1939, Hitler exigiu à Polónia o corredor de Danzigue que atravessa a Alemanha;
- Em Agosto de 1939 foi assinado o pacto de não-agressão entre a Alemanha e Rússia.

2.4.2 As causas da II Guerra Mundial

- Invasão do Japão à Manchúria (China);
- Desenvolvimento das indústrias de guerra e o estabelecimento de um clima de desconfiança;
- Expansão imperialista e conquistas militares em especial da Alemanha;
- A degradação dos níveis de vida da classe média alemã, italiana e de outros países europeus favoreceu o surgimento de regimes totalitários e sentimentos nacionalistas que deram origem a actos de guerra e expansionistas.

2.4.3 Decurso da guerra: as fases da guerra

Países participantes: O Eixo **Roma – Berlim -Tóquio** era uma aliança formada pela Itália, Alemanha e Japão.

Nos **Aliados** encontrava-se a Inglaterra e a França e mais tarde juntaram-se a URSS e os EUA.

As fases da Guerra

1ª Fase (1939-1941)	2ª Fase (1941-1943)	3ª Fase
– *Guerra relâmpago* – *Supremacia do eixo Roma-Berlim (Roma-Berlim-Tóquio a partir de Setembro de 1940)*	Generalização da guerra e equilíbrio de forças Entrada dos EUA na guerra Mundialização do conflito	Contra-ofensiva e vitória dos aliados (1943-1945); Desembarque americano em Marrocos e Tunísia; Fevereiro/1943 - Derrota dos nazis na frente russa; Setembro /1943 Queda do Mussolini; Derrota dos japoneses no pacífico; Junho /1944, desembarque da Normandia - “Dia D”; Invasão da Alemanha; Maio de 1945, rendição nazi.

2.4.4. O lançamento de bombas atómicas e o fim da II Guerra Mundial

Um dos momentos tristemente célebres da II Guerra Mundial foi o lançamento de bombas atómicas sobre as cidades japonesas de Hiroxima, no dia 6 de Agosto de 1945, e Nagasaki a 9 do mesmo mês.

Nesta altura era escusado o uso de uma arma tão mortífera e destruidora como a bomba atómica,

cujos efeitos continuam a se fazer sentir passados vários anos, pois o curso da guerra era irreversível.

Depois dos bombardeamentos americanos o Japão decidiu finalmente assinar oficialmente a capitulação em 2 de Setembro de 1945, colocando fim a 2ª Guerra Mundial.

2.4.5 As Conferências de Ialta e de Potsdam

Antes da guerra terminar as potências começavam a projectar o futuro. Foi nesse sentido que se realizaram as conferências de Ialta, em Fevereiro de 1945, e de Potsdam, em Agosto.

Das conferências de Ialta e de Potsdam resultaram as seguintes decisões:

- Perda de todos os territórios conquistados pela Alemanha;
- Divisão do território alemão em 4 zonas de ocupação, sob responsabilidade dos EUA, da França e da URSS; esta divisão deu origem a República Democrática Alemã e República Federal Alemã;
- Desarmamento total da Alemanha;
- Desnazificação; desmilitarização e democratização da Alemanha;
- Proibição do serviço militar obrigatório na Alemanha;
- Destruição das indústrias bélicas alemãs, para acabar com o militarismo e o fascismo alemães;
- Integração dos países bálticos (Estónia, Letónia e Lituânia) e da Prússia Oriental na URSS;
- Criação do tribunal internacional em Nuremberga para julgar os criminosos de guerra.

2.4.6. Consequências da II Guerra Mundial

- Destruição das cidades, pontes, fábricas; desorganização da rede dos transportes, vias de comunicação e de comércio;
- Decréscimo da capacidade de produção agrícola e industrial;
- Perda do poder económico europeu no contexto mundial;
- Evolução da técnica, sobretudo no campo da metalurgia e da química;
- Avultados danos humanos (mais de 55 milhões de mortos e um número incalculável de feridos, mutilados e desaparecidos);
- Aumento de doenças como a tuberculose;
- Envelhecimento da população europeia;
- Falta de emprego, greves, manifestações e revoltas;
- Desrespeito dos direitos humanos, principalmente dos prisioneiros que eram submetidos a experiências médicas na Alemanha, nos campos de morte, na Manchúria e na URSS.
- Afirmação dos EUA da URSS como superpotências e divisão do mundo em dois blocos diferentes: o bloco Capitalista, liderado pelos EUA, e o bloco Socialista, encabeçado pela

URSS;

- Criação da Organização das Nações Unidas (ONU);
- Derrota dos regimes totalitários (nazismo e fascismo); surgimento de um novo mapa político.

2.5. A Organização das Nações Unidas (ONU)

2.5.1. Criação da ONU

A criação da ONU foi a materialização da ideia de criação de uma organização internacional que pudesse zelar pela paz e segurança, numa altura em que a SDN se tinha revelado incapaz de manter a paz conforme se tinha estipulado no Tratado de Versalhes.

O projecto da criação da ONU foi primeiramente acordado na conferência de Teerão em 1945, e ratificado em Ialta, onde se redigiu e aprovou a carta fundadora das Nações Unidas.

A carta da ONU foi assinada no dia 25 de Abril de 1945, na cidade de São Francisco (EUA), numa conferência em que participaram delegados de 51 nações, que afirmaram a sua vontade conjunta de manter a paz e a cooperação internacionais.

2.5.2. Objectivos da ONU

- Manter a paz e reprimir os actos de agressão, utilizando, quanto possível, meios pacíficos;
- Desenvolver as relações de amizade entre os países do mundo, baseadas na igualdade entre os povos e no seu direito a autodeterminação;
- Desenvolver a cooperação internacional a nível social, económico e cultural e promover a defesa dos direitos humanos;
- Funcionar como centro harmonizador das acções tomadas para alcançar todos os propósitos tomados.

2.5.3 Órgãos do funcionamento da ONU

Órgão	Composição	Funções
Assembleia-Geral	192 Estados-membros	Funciona como um parlamento mundial.
Conselho de segurança	15 membros: 5 permanentes com direito a veto (EUA, Rússia, China, França e Reino Unido) e dez periódicos, eleitos em cada dois anos pela Assembleia-Geral.	Decide sobre questões de grande importância como a manutenção da paz.

Secretário-geral	Eleito por cinco anos pela Assembleia-Geral	Exerce funções administrativas e de coordenação.
Conselho económico e social	54 países eleitos por 3 anos pela Assembleia-Geral.	Coordena a actividade social, económica e cultural.
Tribunal Internacional de justiça	15 juízes, magistrados e independentes, eleitos por nove anos pela Assembleia-Geral e conselho de segurança.	Órgão máximo de justiça internacional, com sede em Haia (Holanda).

A ONU possui ainda Instituições especializadas, nomeadamente:

UNESCO	*Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura*
OMS	Organização Mundial da Saúde
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
OIT	Organização Internacional de Trabalho
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
Banco Mundial	
FMI	Fundo Monetário Internacional
TPI	Tribunal Penal Internacional

EXERCÍCIOS

I – Responda, com clareza e objectividade, às seguintes questões.

1. Em 1917, não houve uma, mas duas revoluções na Rússia.

a) Mencione as duas revoluções que a frase se refere.

b) Quem foi o líder dos Bolcheviques?

c) Com três (3) aspectos, explique o significado histórico da Revolução Socialista de Outubro.

2. Na Revolução Socialista de Outubro, os Bolcheviques tomaram o poder pela 1ª vez.

a) Como se chamava a política implementada por Lénine após a Revolução Socialista de Outubro?

b) Qual era o objectivo da adopção dessa política?

3. Identifique o regime implantado na URSS após o triunfo da Revolução Socialista.

4. Após a morte de Lénine em 1928, Joseph Estaline assumiu o poder.

- Mencione as medidas tomadas por Estaline ao assumir o poder.

5. Explica porque é que os EUA, no final da guerra, tinham a sua economia desenvolvida.

6. Mencione dois (2) aspectos que caracterizam a economia norte-americana no final da 1ª Guerra Mundial.

7. Entre as duas guerras mundiais houve tendência para o surgimento de governos ditatoriais na Europa.

- Dê exemplos desses governos.

8. Apresente os principais slogans de Adolf Hitler e Benedito Mussolini, e encontre semelhanças entre os mesmos.

9. " (…) Nem partidos políticos, nem sindicatos, nem indivíduos podem existir fora do Estado." - Mussolini

a) Em que país ocorreu o regime caracterizado pela frase acima?

II. Assinale a opção que melhor completa a afirmação.

10. Estaline estabeleceu os planos quinquenais para tornar a economia da URSS…

A. dependente. **B.** renovável. **C.** estável. **D.** auto-suficiente.

11. Os planos quinquenais privilegiavam a Colectivização …

A. da indústria pesada e química.
B. da agricultura e das indústrias pesada e siderúrgica.
C. da agricultura e da indústria alimentar.
D. da indústria alimentar e da indústria transformadora.

12. Na história dos EUA o período de 1913 a 1929 ficou conhecido como …

A. Crise económica mundial. **C.** A grande depressão.
B. Era da prosperidade. **D.** Era das ditaduras.

III. Assinale com V as afirmações verdadeiras e com F as falsas.

Afirmações	V/F
13. Antes de 1905, a Rússia era uma grande potência industrial.	
14. Antes de 1905, o governo czarista distribuía a terra de forma justa a todos os camponeses.	

15. De um modo geral, a agricultura na Rússia usava técnicas rudimentares, com uma produtividade baixa.	
16. A má distribuição da terra contribuiu para a precariedade da vida dos camponeses russos.	
17. Nas colónias portuguesas, foi introduzido o imposto pago por homens viúvos.	
18. Acto Colonial foi um conjunto de leis instituídas por Salazar.	
19. O principal objectivo do Acto Colonial era a instituição da autonomia nacional.	
20. Uma das medidas impostas pelo Acto Colonial foi o aperfeiçoamento do imposto indígena.	
21. A França e a Alemanha disputavam as províncias de Alsácia e Lorena.	
22. No início do Séc. XX as potências rivais eram a Inglaterra e França.	

IV. Marque a resposta correcta.

23. Constituem as características do fascismo.

A. Apoio ao socialismo e ao comunismo
B. Existência de vários partidos políticos
C. Valorização dos direitos do homem
D. Exigência de total obediência e devoção ao chefe

24. Perante a manifestação popular de 1905, na Rússia,…

A. o regime czarista reagiu pacificamente à manifestação popular.
B. o Czar decidiu fechar o parlamento e assumir ele próprio todos os poderes.
C. o Czar convocou eleições parlamentares e decretou algumas liberdades.
D. o exército czarista apoiou a população na sua manifestação.

25. Como é que a crise económica mundial se fez sentir em Moçambique?

A. Através de uma economia baseada na produção de matérias-primas.
B. Pela diminuição dos preços de matérias-primas (amendoim, milho, copra …);
C. Pela queda do sector agro-industrial e recrutamento de mais pessoal.
D. Diminuição de culturas como o caju e algodão.

26. Qual foi a natureza da crise económica que abalou o mundo entre 1929 e 1932?

A. Crise de superprodução **C.** Crise financeira
B. Crise de subprodução **D.** Crise ecológica

27. Porque é que a URSS não foi atingida pela crise económica mundial?

A. A economia da URSS não dependia dos EUA, tinha uma política económica fechada.

B. Eliminou os planos quinquenais que conduziram o país a uma economia auto-suficiente, apostando na colectivização da agricultura.

C. Evitou investimentos na indústria extractiva, indústria pesada e de produção de material bélico.

D. A URSS localiza-se muito longe dos Estados Unidos da América.

SÍNTESE

3.1. O estado de ditadura fascista, que surgiu do golpe de estado de 1926 e se consolidou em 1930 com a subida de António Salazar para o cargo de Primeiro-Ministro, tomou medidas para impulsionar o desenvolvimento do capitalismo português, através de uma política nacionalista que protegia tanto na metrópole como nas colónias a fraca burguesia portuguesa ante a competição do grande capital internacional.

O Estado Novo, fascista português, pretendia acelerar a acumulação de capital e, para isso, além de destroçar as organizações do proletariado (redução dos sindicatos, supressão dos direitos de grave, etc.) e de o tentar integrar no sistema corporativo, intensificou a exploração colonial, protegeu-se dos investimentos estrangeiros e utilizou o intervencionismo estatal na economia, garantindo a sobre-exploração da mão-de-obra.
Como resultado desta política, o Estado Novo formou e consolidou um capitalismo português. A dependência de países estrangeiros foi superada através de dificuldades impostas ao capital estrangeiro e da diversificação de fontes externas da capital.

3.2 O Acto Colonial

Nas colónias o nacionalismo salazarista encontrou expressão legal no Acto Colonial que definia uma nova política colonial na base da ideia de que era preciso reduzir a influência cada vez maior do capital estrangeiro nas colónias. A política do estado fascista até à segunda metade dos anos 1950 era de evitar a entrada de capital estrangeiro tanto na metrópole como nas colónias.
O Estado fascista português começou por limitar o controlo político e administrativo das companhias, reduzindo-as à sua base produtiva. Em 1929, a Companhia do Niassa foi extinta e, em 1942, cessaram os poderes majestáticos da Companhia de Moçambique, dando lugar à unificação da administração de todo o território.
O Acto Colonial de 1930 havia definido como competência exclusiva do Estado a administração, a cobrança de imposto e mesmo a exploração de portos. Outro elemento importante foi a definição de um estatuto especial dos indígenas - base para o recrutamento de força de trabalho para as empresas capitalistas e dos colonos.

Porém, se esse controlo passou a ser monopólio do Estado colonial, a base produtiva das companhias não foi, em sua essência, afectada, se bem que os administradores portugueses

tivessem penetrado nelas.

Em resumo, a política colonial deste período baseou-se no princípio de que as colónias deviam ser fonte de matérias-primas para a metrópole e mercados das manufacturas portuguesas bem como recipientes dos desempregados portugueses. Desta forma, Moçambique torna-se fornecedor de algodão para a indústria portuguesa, consumidor de vinho e têxteis portugueses e albergue de camponeses empobrecidos em Portugal, tanto em regime de colonatos como nas cidades.

3.3 As Culturas Forçadas

Uma das medidas adoptadas pelo Estado Novo para garantir a exploração colonial foi a introdução das culturas forçadas. Para isso, o governo fazia concessões de terras as companhias que se comprometiam em erguer fábricas de processamento e um armazém bem como a fornecer sementes às populações camponesas e a adquirir desta o produto.

O cultivo foi responsabilizado aos camponeses africanos num sistema fortemente controlado por agentes da administração e das companhias concessionárias. Os camponeses africanos viam-se obrigados a usar os seus meios de produção e a vender a colheita à companhia que lhes forneceu as sementes a preços fixados pela mesma.

As principais culturas produzidas em regime forçado foram o algodão para abastecer a indústria têxtil portuguesa e o arroz para colmatar a falta deste produto na sequência da II Guerra Mundial.

O sistema de culturas forçadas permitiu reduzir o défice de algodão na indústria têxtil portuguesa, bem como minimizar a escassez de arroz em Portugal. Para os africanos, este sistema reduzia o tempo e os meios do campesinato para o cultivo da sua subsistência.

Outra forma de exploração colonial do Estado Novo foi a exportação de mão-de-obra para a África do Sul que continuou, apesar da nova política nacionalista.

Para o Estado colonial, a ligação com a África do Sul era uma importante fonte de rendimento e o sistema de pagamento diferido obrigatório dos salários dos trabalhadores migrantes assegurava a entrada de divisas em Moçambique.

3.4 A Importância da Colonização Mental

Até 1930 a educação dos africanos foi restringida à formação de trabalhadores manuais de forma a apoiar o desenvolvimento capitalista colonial, mas esta política não seguiu uma base rigorosamente planificada e uniforme:

- Predominavam missões protestantes não portuguesas na evangelização e educação;
- A expansão das missões católicas foi limitada por falta de recursos devido à política de laicidade do estado republicano desde 1911;
- O próprio estado colonial pouco tinha gasto na construção de escolas.

No quadro da política nacionalista de Salazar, desde 1930 várias medidas foram tomadas para corrigir a situação neste domínio.

- Pelo Acto Colonial de 1930 as missões católicas receberam privilégios na base de o catolicismo ser a religião nacional e, por consequência, as missões católicas deverem ser instrumentos de civilização e influência nacional nas colónias.
- 1940 – A assinatura do ACORDO MISSIONÁRIO, entre o governo de Lisboa e o Vaticano, estabeleceu subsídios estatais para as missões. Estas podiam fundar e dirigir escolas para indígenas e europeus, colégios masculinos e femininos, institutos de ensino elementar secundário e profissional, catecumenatos, ambulâncias e hospitais. Nas escolas indígenas era obrigatório o ensino da língua portuguesa, podendo as línguas indígenas serem usadas no ensino da religião, conforme os princípios da igreja.
- 1941 – O estabelecimento do ESTATUTO MISSIONÁRIO pelo qual o Estado garantia à igreja católica no Ultramar o livre exercício da sua autoridade sem impedimentos. Missões católicas portuguesas são consideradas instituições de utilidade imperial e sentido eminentemente civilizador. Os Bispos passavam a receber salário estatal equivalente ao de governadores dos distritos coloniais e os Arcebispos vencimento igual ao dos Governadores-Gerais.
- Decreto de 1941, proibida a atribuição de subsídios a outras missões que não fossem portuguesas e católicas.

O papel principal atribuído às missões católicas foi o ensino dos indígenas. O objectivo do ensino missionário era civilizar e nacionalizar os indígenas, difundindo, entre eles, a língua e os costumes portugueses.

O ensino missionário era dirigido exclusivamente às crianças africanas, existindo o ensino oficial para os filhos dos colonos, mulatos e assimilados. O ensino oficial seguia os programas da metrópole onde os professores eram recrutados e concentrava-se nas principais cidades com destaque para Lourenço Marques.

O ensino oficial primário era constituído por quatro anos de escolaridade, enquanto o estudante que fosse iniciado pelo ensino missionário tinha sete anos de escolaridade para concluir a quarta classe (Cartilha maternal D. João de Deus - I parte; Cartilha maternal D. João de Deus - II parte, 1.ª classe; 2.ª classe; 3.ª classe rudimentar; 3.ª classe elementar; 4.ª classe).

As crianças africanas tinham poucas hipóteses de entrar para a escola secundária. Entravam tarde na escola da missão; reprovavam muitas crianças; a 4ª classe existia só nas escolas paroquiais; o limite de idade para o ingresso na escola secundária era 12/13 anos e o custo das propinas era insuportável para os africanos.

3.5 Alterações na Política Colonial - os colonatos e os planos de fomento

As medidas de protecção da burguesia portuguesa contra os ataques das classes nacionais e coloniais desfavorecidas e contra a concorrência do capital internacional, a neutralidade de Portugal face à guerra e aos blocos beligerantes e o afluxo de divisas provenientes das colónias permitiram a Portugal incrementar o seu comércio externo e fazer uma notável acumulação de reservas e de receitas públicas.

Fruto desta acumulação de capital, Portugal iniciou um processo de industrialização que trouxe como consequência a proletarização dos camponeses portugueses que em Portugal, sem emprego, constituíam uma ameaça para a estabilidade social e política. Assim, o governo procurou canalizar essa massa e camponeses para as colónias onde converter-se-iam numa camada leal ao governo não só no desenvolvimento económico das colónias como na manutenção da autoridade colonial.

Entre 1945/50 e 1960 surgem os colonatos:

- Limpopo (Gaza), Revue e Sussundenga (Manica), Nova madeira (Niassa) e Montepuez (Cabo Delgado).

Colonatos eram regiões de ordenamento e fixação dos colonos organizados no modelo da propriedade rural portuguesa com o objectivo de absorver a massa proletarizada em Portugal e estabelecer barreiras ao desenvolvimento do movimento nacionalista que dava os primeiros passos em Moçambique, bem como potenciar o desenvolvimento agro-industrial.

Paralelamente, foram lançados os planos de fomento iniciados nos princípios da década de 1950, para dar novo impulso à exploração dos recursos de Moçambique.

- 1953 - 58 - primeiro plano de fomento que teve como principal obra o caminho-de-ferro Lourenço Marques – Malvérnia (Chicualacuala) concluído em 1956.
- 1959 - 64 - segundo plano de fomento - com investimentos dirigidos para o povoamento dos colonatos, comunicações e transportes, aproveitamento de recursos agrícolas, florestais, pecuários, hidroagrícolas, hidroeléctrico, estudos de cartografia geral e geológicos. Não contemplava a industrialização e pouco se dedicava ao ensino e saúde.

3.6 A Contestação da Situação Colonial (1938 – 1955)

As práticas opressivas do colonialismo português originaram conflitos sociais e acções de resistência de vária ordem e diferente carácter.

Alguns exemplos:

- Conflito sobre as terras no Mossuril – Nampula;
- As Greves;
- A greve dos trabalhadores assalariados negros da Beira, 1932;
- A greve da Quinhenta no porto de Lourenço Marques de 1933.

Uma das bases da exploração colonial após 1930 foi a repressão política fascista. Embora

houvesse uma pequena abertura para a expressão política antifascista, logo após a II Guerra Mundial a repressão à actividade política manteve-se sob variadas formas.
Apesar da forte repressão, a intensificação da exploração rural e das barreiras raciais no trabalho, a divisão e a alienação das terras em benefício dos colonos e a discriminação religiosa inspiraram a oposição dos moçambicanos.
As formas de luta foram variadas, incluindo greves, motins, actividade cultural e literária, entre outras formas. Nesta fase, a luta anticolonial foi conduzida pelos estudantes, cujo número crescia progressivamente pelos camponeses e trabalhadores

3.6.1 O Reforço do Colonialismo na África Após a II Guerra Mundial

O nacionalismo moçambicano surge como contestação do colonialismo europeu e manifesta-se, principalmente, ao nível das associações, da imprensa e da poesia, na linha de um movimento mais amplo de emancipação africana cuja expressão predominante foi o que se chamou pan-africanismo.
No fim da II Guerra Mundial, o clima mundial modifica-se em relação às lutas anticoloniais, devido a vários factores.
Um dos factores do nacionalismo em Moçambique no pós-guerra tem a ver com a posição dos aliados em relação a luta anticolonial. Os aliados, que durante a II GM se uniram pelo ideal da liberdade e democracia contra os países fascistas (Alemanha, Itália e Japão), começam, no pós-guerra, a revelar mais as suas diferenças em relação à luta anticolonial.
A URSS, cuja influência internacional aumentou bastante com a sua participação na luta contra o Fascismo, tomou nesta altura uma postura anticolonial firme. Por seu turno, a Grã-Bretanha, com o Partido Trabalhista no poder desde 1945, adopta uma política da descolonização em relação às suas colónias. Os Estados Unidos defendem uma política de portas abertas à penetração capitalista nas colónias europeias.
No pós-guerra outras acções estimularam a luta anticolonial em África:

- A criação da ONU em 1945, que numa das suas declarações obrigava os países colonizadores a prepararem os povos das colónias para a independência;
- Congresso Pan-africano de Manchester em Outubro de 1945, que defendeu a independência imediata de todas as colónias.

Em Portugal as greves em Lisboa e arredores (1942/44), o apoio popular português aos movimentos Pró-democracia e a vitória dos aliados contra o fascismo e ainda as pressões externas (Grã-Bretanha e EUA) abalaram o regime Salazarista. Este quadro levou o Governo a aliviar a opressão colonial e a repressão fascista.
Contudo as mudanças em Portugal foram muito superficiais, mas criaram uma abertura que permitiu ao regime prender os opositores e sujeitá-los à repressão, através do reforço da PIDE e de detenções até 180 dias sem julgamento.

Por outro lado, a partir de 1946 a situação internacional modificou-se no sentido de travar o processo da descolonização em África, devido aos receios que surgiram no Ocidente face à crescente influência da URSS.

A nível regional, o pós-guerra foi marcado pela crise económica e sociopolítica e pela crescente militância dos trabalhadores negros que culminou com as greves dos ferroviários na Rodésia do Sul (1945) e dos mineiros na África do Sul (1946). Juntou-se a isso a subida do Partido Nacional na África do Sul (1948) que implantou o *Apartheid*.

Em Moçambique estes acontecimentos foram acompanhados pelo alargamento das barreiras raciais contra os negros, pela intensificação do trabalho forçado e pelo reforço do controlo sobre os trabalhadores.

O conjunto dos acontecimentos internacionais do pós-guerra e a transmissão das informações e debates que os provocaram encorajaram a oposição ao regime colonial.

3.6.2 As Organizações Nacionalistas no Pós-guerra

Os factores descritos levaram ao surgimento, pouco depois da II Guerra Mundial, de organizações com motivações nacionalistas.

Movimento	***Objectivos***	***Dirigentes***
Movimento dos Jovens Democratas de Moçambique (MJDM).	Fazer propaganda contra o Estado Novo, através de panfletos de propaganda política clandestina; Combater as injustiças sociais; e Promover a unidade de todos os africanos.	Sobral de Campos, Sofia Pomba Guerra, Raposo Beirão, João Mendes, Ricardo Rangel e Noémia de Sousa.
Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique (NESAM) – 1949	Fomentar a unidade e camaradagem entre os jovens africanos .	E. Mondlane, J. Chissano, A. Guebuza, Luís B. Honwana, Augusto Hunguana, Josina Muthemba, Pascoal Mocumbi, Jorge Tembe,..
Associação dos Naturais de Moçambique (1935 por brancos nascidos em Moçambique)		

Casa dos Estudantes do Império Lisboa,	Enquadrar as actividades sociais dos jovens assimilados das colónias que iam estudar para Lisboa, desenvolvendo neles o sentimento de lusitanidade.	
Centro de Estudos Africanos Outubro de 1951	Questionavam a essência do sistema colonial.	Agostinho Neto, Mário de Andrade, Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos e Noémia de Sousa.
Sociedade Algodoeira Africana Voluntária de Moçambique, (SAAVM) 1957 - Cabo Delgado		Lázaro Nkavandame, João Namimba, Cornélio João Mandanda e Raimundo Pachinuapa.

3.6.3 A Luta Anticolonial, 1955-1965

Nos finais dos anos 50, as actividades anticoloniais em África ganham um novo ímpeto. Após a independência do Gana em 1957, novos territórios colonizados lutam pela sua independência.

Em Moçambique, a política repressiva de Salazar impediu que surgissem movimentos anticolonialistas. Assim, as primeiras tentativas de criar um movimento nacionalista tiveram lugar nos países vizinhos, portanto fora do alcance da PIDE.

Alguns desses movimentos foram:

- Convenção do Povo de Moçambique – formado na África do Sul por Diniz Monjane, Tomás Nhantumbo e Agostinho Ilunga – reclamava a independência de Moçambique;
- Associação Portuguesa da África Oriental (The Portuguese East African Association)- formado na Rodésia do Sul;
- União dos Maconde de Tanganyica e de Moçambique no Tanganyica;
- União dos Makondes e Makua do Zanzibar no Tanganyica.

No início da década de 1960 surgiram outros movimentos, nomeadamente:

Movimento	Ano e Local de Fundação	Integrantes	Objectivos	Líderes
União Democrática de Moçambique (UDENAMO)	1960, em Salisbury	Indivíduos Tete, Gaza e Maputo	Lutava pela independência de Moçambique.	Adelino Guambe Lopes Tembe.
União Nacional de Moçambique Independente (UNAMI)	1961, no Malawi	Exilados de Tete no Malawi.		Baltazar Chagonga.

União Africana Nacional de Moçambique (MANU).	Fevereiro/1961 -Mombaça, Quénia		Melhoria das condições dos residentes de Cabo Delgado.	

O surgimento destas organizações, tendo como objectivo a luta anticolonial e pela independência foi um passo em frente na construção de um movimento nacionalista.

3.6.4 Formação da Frelimo

A independência de várias colónias nos anos 50 e 60 e a independência do Tanganyica em 1961 abriam novas perspectivas para a formação de um movimento de cariz nacional em Moçambique.

A 25 de Junho de 1962, após esforços desenvolvidos por Eduardo Mondlane e outros nacionalistas, nascia em Dar-es-Salam a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique).
O primeiro presidente da FRELIMO foi Eduardo Mondlane, considerado o Arquitecto da Unidade Nacional, sendo vice-presidente Uria Simango. Os outros dirigentes do novo movimento eram:

- Samuel Dhlakama;
- Lázaro Kavandame (mais tarde Secretário Provincial de Cabo Delgado) e Jonas Namashulua, ambos originários das cooperativas de camponeses de Cabo Delgado;
- Mateus Muthemba e Shafurdin M. Khan, provenientes das associações de ajuda mútua de Lourenço Marques e Xai-Xai, no Sul de Moçambique;
- Marcelino dos Santos – Secretário do Departamento dos assuntos políticos e mais tarde Secretário dos assuntos externos.

Contudo, factores de divisão que se faziam sentir nos vários movimentos antes de 25 de Junho continuavam a existir (tribalismo, regionalismo, racismo, falta de definição clara do inimigo e dos objectivos da Frente e a falta de uma estratégia comum). O único aspecto em que todos estavam de acordo era a oposição ao colonialismo português.
Para sanar estas e outras dificuldades, realizou-se de 23 a 28 de Setembro de 1962, em Dar-es-Salam, o Primeiro Congresso da FRELIMO, dirigido por Eduardo Mondlane, que definiu os principais objectivos da Frente:

- A libertação de Moçambique;
- A conquista da independência total e completa;
- A defesa dos interesses dos moçambicanos

Definidos os objectivos e, como o governo português recusasse negociações pacíficas para conceder a independência de Moçambique, em 25 de Setembro de 1964, a FRELIMO inicia a luta armada para conquistar a independência total e completa de Moçambique. Em finais de 1965, já havia várias regiões libertadas em Moçambique e, em 1969, a FRELIMO controlava um quinto do território moçambicano.
Entretanto, Eduardo Mondlane é assassinado a 3 de Fevereiro de 1969, sendo substituído, na

direcção da FRELIMO, por um triunvirato formado por Samora Machel, Uria Simango e Marcelino dos Santos.

Em 1970, os portugueses preparam a ofensiva “Nó Górdio”, dirigida pelo general Kaúlza de Arriaga, cujo objectivo era acabar com a FRELIMO.

A FRELIMO foi tomada de surpresa pela dimensão da operação portuguesa, contudo conseguiu ripostar, obrigando o governo português a mudar de estratégia, o que levou ao fracasso da ofensiva “Nó Górdio”.

Foi a partir desta derrota que se acelerou a crise capitalista em Moçambique que culminou com o golpe de estado que a 25 de Abril de 1974 – a revolução dos cravos – levou à queda do regime fascista.

O novo governo português foi então forçado a contactar a FRELIMO, propondo negociações que iniciaram em Lusaka no dia 5 de Junho de 1974. Em 7 de Setembro de 1974, foram assinados os acordos de Lusaka entre a FRELIMO e o governo português, sendo que este último reconhece o direito do povo moçambicano à independência e compromete-se a transferir os poderes que ainda detém sobre Moçambique para a FRELIMO. A data da proclamação da independência é fixada para 25 de Junho de 1975. A 20 de Setembro de 1974 toma posse o Governo de Transição dirigido por Joaquim Chissano.

EXERCÍCIOS

I. Assinale a opção correcta para cada uma das seguintes questões.

1. Qual foi o primeiro país da África subsaariana a alcançar a independência?

A. Nigéria em 1957
B. Nigéria em 1960
C. Gana em 1957
D. Gana em 1960

2. Os principais intervenientes no processo de libertação nacional no Gana foram…

A. Joseph B. Danquah e Kwame Nkrumah.
B. Dr Busa e Joseph Danquah.
C. Nandi Azikiwe e Dr Busa.
D. Kwame Nkrumah e Dr Busa.

3. Que potências coloniais dominaram sucessivamente o Tanganyica?

A. Alemanha e Inglaterra
B. França e Bélgica
C. Portugal e Inglaterra
D. Portugal e Alemanha

4. O estado de ditadura fascista em Portugal surgiu do golpe de estado de …

A. 1926
B. 1928
C. 1930

D. 1932

5. As principais culturas produzidas em regime forçado foram…

A. copra e sisal

B. cana-de-açúcar e copra

C. algodão e arroz

D. milho e arroz

6. Os colonatos em Moçambique foram implantados em …

A. Moamba, Chókwè, Sussundenga, Montepuez, Boane

B. Limpopo, Lugela, Save, Incomáti, Boane

C. Limpopo, Revue, Sussundenga, Nova Madeira e Montepuez

D. Montepuez, Lugela, Save, Incomáti, Boane

Assinale com V as afirmações verdadeiras e F as falsas

Afirmação	V/F
7. Foi António Salazar quem introduziu o nacionalismo económico em Portugal.	
8. A política nacionalista portuguesa protegia a burguesia portuguesa tanto na metrópole como nas colónias ante a competição do grande capital internacional.	
9. O Estado Novo, fascista português, pretendia evitar a acumulação de capital e, para isso, intensificou a exploração colonial	
10. Como resultado da sua política nacionalista, o Estado Novo formou e consolidou um capitalismo português.	
11. A dependência económica de Portugal em relação aos países estrangeiros aumentou como resultado da política nacionalista do estado novo.	
12. Nas colónias o nacionalismo económico de Salazar teve expressão legal no Acto Colonial.	
13. O acto colonial definia uma nova política colonial que defendia o aumento do investimento estrangeiro nas colónias.	
14. No âmbito do nacionalismo económico, o Estado fascista português limitou o controlo político e administrativo das companhias, reduzindo-as à sua base produtiva.	
15. Com a cessação dos poderes majestáticos das Companhias de Niassa e Moçambique, abriu-se espaço à unificação da administração de todo o território.	
16. A introdução das culturas forçadas foi uma das medidas adoptadas pelo Estado Novo para garantir a exploração colonial.	
17. No regime de culturas forçadas os camponeses usavam os seus meios de produção mas deviam vender a colheita à companhia que fornecia as sementes a	

	preços fixados pela mesma.	
18.	Com a adopção do nacionalismo económico reduziu a migração de moçambicanos para as minas da África do sul	
19.	Durante o período fascista em Portugal o ensino missionário era dirigido exclusivamente às crianças africanas e o ensino oficial aos filhos dos colonos, mulatos e assimilados.	
20.	O ensino missionário era equiparado ao ensino oficial e permitia as crianças africanas entrar facilmente para a escola secundária.	
21.	Os colonatos eram regiões de ordenamento e fixação dos colonos com o objectivo de absorver a massa proletarizada em Portugal e estabelecer barreiras ao movimento nacionalista e potenciar o desenvolvimento agro-industrial.	

III. Completa.

22. Preencha os espaços em branco de modo a alinhar os países, organizações nacionalistas e líderes dos Movimentos de Libertação Nacional em África.

Países	**Organizações nacionalistas**	**Líderes**
Moçambique	A	B
Tanganyica	African National Union (TANU)	C
D	Frente de Libertação Nacional (FLN)	E
F	G	Kwame Nkrumah

23. Complete o sentido do texto, sobre a independência dos países africanos falantes de língua oficial portuguesa, com base nos nomes e datas abaixo indicados.

Angola
Guiné Bissau
São Tomé e Príncipe
25/09/1964
07/04/1974
Eduardo Mondlane
Samora Machel
25/06/1975
20/09/1974
Joaquim Chissano

Moçambique, tal como A _____, também na África austral B_____, na África ocidental bem como as ilhas de C_____ e Cabo Verde, é um país africano colonizado por Portugal, que alcançou a independência na segunda metade do século XX, depois de 10 anos da luta armada que iniciou no dia D____/____/_____ e terminou no dia E____/____/_____, com a assinatura dos Acordos de

Lusaka. A luta de libertação nacional em Moçambique foi liderada por F_____, até a sua morte no dia 3/2/1969, sucedido na liderança da FRELIMO por G_____, que viria assinar os acordos de Lusaka com os portugueses e, mais tarde, proclamar a independência do país, no dia H___/___/____, depois de 9 meses de gestão de um governo de transição que entrou em funções a I_____/____/_____ tendo J_____ como primeiro-ministro.

SÍNTESE

As décadas que se seguiram a IIGM foram marcadas pelo surgimento de duas grandes potências industriais mundiais: Os EUA, seguindo uma ideologia liberal capitalista e a URSS, seguindo uma ideologia socialista marxista.

Ambas tencionavam difundir as suas ideologias e conquistar zonas de influência, o que conduziu à divisão do mundo em dois grandes blocos, seguindo as duas grandes potências económicas mundiais.

A Europa ocidental, devastada pela guerra, enfrentava dificuldades políticas, económicas e sociais, enquanto a Europa do leste era submetida ao sistema fechado de economia planificada.

4.1 Factores do sucesso dos Estados Unidos de América

- primeira potência militar;
- superpotência do mundo capitalista: a indústria e a tecnologia desenvolveram-se passando a abastecer a Europa;
- Não tendo sido atingido o território americano pela guerra, logo não houve perdas nem danos materiais e, consequentemente, não tem despesas na reconstrução;
- em 1945, os EUA produziam 50% da energia do mundo e o seu stock do ouro era aproximadamente 50% do valor de transacções do comércio mundial; o dólar passou a ser a moeda - padrão nas trocas internacionais e Nova Iorque dirigia o mundo financeiro;
- a existência de reservas de recursos naturais do seu solo e subsolo e a extraordinária capacidade de produção de energia, permitiram o desenvolvimento de muitos ramos industriais destacando-se as indústrias: petroquímica, aeronáutica, electrónica, nuclear e alimentar;

  a estes factores acresce-se o grande dinamismo e espírito de inovação.

Nas condições acima indicadas, com interesses económicos em todo o mundo, receptores de investimentos estrangeiros e detentores de um mercado consumidor incontornável, os EUA tornam-se o eixo da economia mundial.

4.2 Factores de desenvolvimento da URSS

Os planos quinquenais de 1946-1950 e de 1950-55 dão grandes prioridades à indústria pesada e aos transportes;

- A 2ª Guerra Mundial foi uma oportunidade para a URSS aproveitar o enfraquecimento dos países do Leste da Europa, destruídos pela guerra, e exercer influência económica e militar para instalar regimes comunistas da sua confiança;
- A criação do COMECON (Conselho de Assistência Económica Mútua) permitiu à URSS alargar os mercados para os seus produtos e aumentar a produção, sobretudo as indústrias metalomecânica, dos transportes, aeronáutica e de armamento.

Este desenvolvimento económico foi à custa de medidas repressivas e ditatoriais aplicadas por Estaline.

4.3 As contradições entre o bloco socialista e o bloco capitalista

Depois da II Guerra Mundial, as diferenças nos objectivos económicos, políticos e militares dos EUA e da URSS levaram à divisão da Europa e do mundo em duas zonas de influência política e económica.

De um lado, encontravam-se países capitalistas, liderados pelos EUA e, do outro, os países socialistas, encabeçados pela URSS. O mundo começou a caminhar para uma divisão em blocos.

Os EUA tentaram travar a influência soviética na Europa, usando o seu plano Marshall (programa de ajuda económica e financeira), lançado em 1947, para reconstruir uma parte dos países da Europa devastados pela guerra.

Para materializar o plano Marshall, foi criada em 1948, a Organização Europeia de Cooperação Económica (OCDE) com a função de distribuir ajuda americana pela Europa.

Diante desta oferta, a reacção dos estados europeus não foi homogénea. Alguns países europeus encararam com desconfiança a oferta e, pressionados pela URSS e pela Finlândia, recusaram o convite para a conferência de Paris.

Por outro lado, 16 países da Europa Ocidental aceitaram o convite para estar na Conferência de Paris e delinear os termos da ajuda americana.

Era concretizado a divisão da Europa: de um lado os países que aceitaram o Plano Marshall, do outro, os que recusaram.

Para contrapor o Plano Marshal, a URSS criou em 1949, o Conselho de Assistência Mútua (COMECON) com o objectivo de promover o desenvolvimento integrado dos países comunistas.

4.4 A guerra fria

Guerra fria é como ficou conhecido o ambiente de antagonismos e tensões entre as duas potências (EUA e URSS), desde o final da II Guerra Mundial até princípios da década de 1990.

Os Estados Unidos e a URSS estiveram no mesmo bloco militar (o dos aliados) lutando contra o bloco do eixo durante a II Guerra Mundial. Durante a guerra, o factor que unia as duas potências era a oposição a Alemanha, mantendo-se as diferenças e rivalidades ideológicas entre elas. Terminada a guerra, com a derrota da Alemanha e seus aliados, as diferenças e rivalidades entre as superpotências reacenderam.
Os EUA procuravam evitar o expansionismo soviético e a URSS via-se ameaçada pelo imperialismo americano. Estes factos provocaram conflitos que ameaçavam levar a um confronto real. Apesar de participarem na guerra como aliados, foi notória uma mútua desconfiança entre as duas superpotências do pós-guerra.

4.5 Manifestações do antagonismo

A nível ideológico – a rivalidade entre os EUA e a URSS opunha o Capitalismo ao Comunismo onde cada potência critica a ideologia do rival e exalta a sua.
A nível económico – criação de programas ou planos económicos visando atrair mais estados para o seu bloco em troca de apoio ao desenvolvimento. Em 1947, os EUA criaram o Plano Marshall e em 1949 a URSS criou o COMECON.
A nível político-militar - corrida aos armamentos e criação de blocos militares rivais:

- Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), em 1949 pelos EUA;
- Pacto de Varsóvia criado pela URSS e seus aliados em 1955.

A Guerra Fria manifestou-se de várias formas em vários territórios, a saber:

- **A questão de Berlim**

Após a criação da Alemanha Federal (1948) com o apoio dos EUA, da Inglaterra e da França, a URSS contestou estas decisões e isolou Berlim Ocidental, encerrando a estrada que ligava Alemanha Ocidental. Para impedir a fuga dos cidadãos da RDA para a RFA, foi construído o Muro de Berlim, em 1961. Este muro só seria destruído em 1989, simbolizando a reaproximação entre os dois blocos. A reunificação da Alemanha ocorreu em Outubro de 1990.

- **A Guerra da Coreia, 1950-1953**

As tropas da Coreia do Norte (comunista) invadiram a Coreia do Sul. Os EUA, apoiados pela

ONU, intervieram militarmente a favor da Coreia do Sul; a guerra estava quase ganha pelos EUA, quando a China, interveio a favor da Coreia do Norte.

- **A Guerra do Vietname, 1954-1973**

A tentativa de Ho Chi Min de reunificar o Vietname do Norte ao do Sul provocou a intervenção dos EUA, preocupados com a escalada da guerrilha comunista no Vietname do Sul. Os EUA acabaram se retirando do conflito em 1973.

- **A crise dos mísseis em Cuba, 1959**

As relações entre Cuba e os EUA foram caracterizadas por fricções, com os EUA a apoiarem movimentos contra-revolucionários cubanos. Em apoio a Cuba, a URSS instalou misseis em Cuba, apontados para os EUA. O presidente norte-americano, Kennedy, ordenou um bloqueio Naval contra Cuba e exigiu que a URSS retirasse os mísseis. A URSS retirou os mísseis, mas em contrapartida, os EUA comprometiam-se a não interferir nos assuntos internos de Cuba.

4.6 A desestabilização de Moçambique pelo regime do *apartheid* no contexto da guerra fria

Depois da independência, Moçambique adoptou o socialismo como ideologia política, tornando-se por essa via aliado do bloco comunista. A nível da política externa, Moçambique assumiu uma postura anticolonial, anticapitalista e anti-*Apartheid* da África do Sul.

Assim, Moçambique teve, após a independência, relações tensas com a África do Sul e com o bloco capitalista no geral caracterizadas por conflitos e divergências ideológicas. Foi nesse contexto que iniciou em Moçambique uma guerra que opunha a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), apoiada pelos regimes minoritários e racistas da Rodésia do Sul e da África do Sul e o governo de Moçambique.

Em 1984, foi assinado O Acordo de Incomáti entre Moçambique e África do Sul, representados pelos respectivos presidentes, Samora Machel e Pieter Botha. Conhecido como acordo de boa vizinhança, o acordo previa que a África do Sul deixasse de apoiar a RENAMO e Moçambique parasse de apoiar o ANC, que lutava contra o regime do *apartheid* no país vizinho.

Infelizmente, a guerra em Moçambique continuou e só terminou em 1992, quando o então presidente de Moçambique, Joaquim A. Chissano, e o então presidente da RENAMO, Afonso M. Dhlakama, sob a mediação da Comunidade de Santo Egídio, assinaram o Acordo Geral de Paz (AGP), em Roma.

4.7 Os países da Linha de Frente

A região austral da África apresentava-se nas décadas de 1980/90, politicamente heterogénea e em alguns casos divergente. Moçambique, de 1975 a 1990 aderiu à política do não alinhamento, enquanto o país vizinho, Zimbabwe, ainda não estava independente

A África do Sul, nas mãos do regime segregacionista do *apartheid*, era a maior economia regional, para onde gravitavam os interesses dos países da região. A sua política externa era de domínio económico de todos os países da região.

Até meados da década de 1970 os estados da região apoiavam, em maior ou menor grau, os movimentos de libertação. Esse apoio era quase sempre limitado devido à falta de coordenação no apoio prestado e ao poderio militar e económico da África do Sul, responsável pela política do *apartheid*.

A ideia de Estados da Linha da Frente surgiu no Comité de Libertação da Organização da Unidade Africana (OUA) e também do papel desempenhado pela Tanzânia como retaguarda de apoio aos movimentos de libertação da África Austral, em especial no apoio à Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

Nesse sentido, no ano de 1976 Angola, Moçambique, Botswana, Tanzânia e Zâmbia decidiram criar os Estados da Linha da Frente. O objectivo da organização era coordenar esforços, recursos e estratégias de apoio aos movimentos de libertação que actuavam na região: o ANC e o Congresso Pan-Africano, na África do Sul; a SWAPO, na Namíbia; e a *Zimbabwe African National Union* (ZANU) e *Zimbabwe African People's Organisation* (ZAPU), na Rodésia do Sul.

A linha da Frente foi a primeira forma de coordenação e integração regional formalmente reconhecida dos países da África Austral.

A organização foi criada em Abril de 1977, por iniciativa dos presidentes Agostinho Neto (Angola), Samora Machel (Moçambique), Seretse Khana (Botswana), Kenned Kaunda (Zâmbia) e Julius Nyerere (Tanzânia).

A maior realização da organização dos países da Linha da Frente foi a independência do Zimbabwe.

Foi desta organização que se avançou para a formação de uma organização mais abrangente, a SADCC, cujo objectivo principal era tornar a região economicamente livre da dependência económica que alguns países tinham da África do Sul.

Com o fim do *apartheid* na África do Sul, e havendo a necessidade de integrar este país nos planos de desenvolvimento regional, a SADCC deu lugar à SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral- cujo objectivo principal passa a ser: promover a paz, reduzir a

pobreza, melhorar o nível de vida na região, fomento da cooperação nas estratégias económicas.

4.8 A Coexistência Pacífica

Entre 1947 e 1955, consolidaram-se os dois blocos e estruturou-se o mundo bipolar. Em 1955, as relações entre os dois blocos passaram a basear-se numa nova política designada coexistência pacífica, um período de aproximação entre a União Soviética e os Estados Unidos da América. Este período caracterizou-se pela redução do alinhamento férreo à URSS ou aos EUA, possibilitando uma multipolarização internacional.

A coexistência pacífica não impediu a construção do Muro de Berlim – símbolo máximo do bipolarismo, nem evitou o receio de uma guerra nuclear, em 1962, com a crise dos mísseis em Cuba.
Estimulados pela crise económica no Ocidente e pela derrota americana no Vietname (1954-1973), os soviéticos desenvolvem uma política agressiva e expansionista. Só em 1985, os EUA e a URSS retomaram o diálogo e a via da concertação. Poucos anos depois, o desmoronamento do bloco soviético traz ao mundo uma nova ordem internacional.

4.9 Os países do terceiro mundo diante da guerra fria

Terceiro Mundo é a expressão usada desde 1952 para designar ao conjunto de países não desenvolvidos, para os quais a guerra fria não era benéfica para o seu desenvolvimento.
Assim, em 1955, na Indonésia, realizou-se a conferência de Bandung, reunindo os países recém-independentes que adoptaram o ideal da neutralidade no conflito Leste-Oeste – o não alinhamento.

4.9.1 O movimento dos não-alinhados

Não-alinhamento ou neutralismo foi uma política adoptada pela maioria dos países recém-independentes no sentido de se libertarem do jogo de influência dos blocos americano e soviético. Teve origem na conferência de Bandung (1955) e se concretizou oficialmente na Conferência de Belgrado (1961). Nesta conferência adoptou-se os seguintes princípios:

- Reafirmação do direito de autodeterminação dos povos;
- Defesa dos princípios de soberania nacional e de cooperação entre as nações;
- Apelo à formação de um novo bloco capaz de resistir à ingerência e ao domínio das superpotências.

O não-alinhamento atraiu um número crescente de países da Ásia, África e América e tornou-se símbolo do sonho da independência e liberdade das nações mais frágeis face à opressão das superpotências e do mundo desenvolvido. Para reforçar a sua unidade e o seu poder de

negociação, a maioria dos países de não-alinhados tem constituído organismos de âmbito regional:

- Organização da Unidade Africana (OUA), actualmente União Africana (UA) – criada em 1964 na Etiópia;
- ASEAN – Associação dos estudos do Sudeste Asiático; e
- Organização dos países Produtores de Petróleo (OPEP) criada em 1960.

4.9.2 O Fim da Guerra Fria

No início da década de 1970 as relações entre a URSS e os EUA ganham novo ímpeto. Os presidentes Richard Nixon (EUA) e Leónidas Brejnev (URSS) iniciaram a aproximação através de conversações entre as duas superpotências.

EXERCÍCIOS

I. Assinale a opção que melhor responde à questão colocada.

1. **A seguir a IIGM destacaram-se duas grandes potências mundiais, nomeadamente:**
   A. EUA e URSS.
   B. EUA e China.
   C. Japão e China.
   D. URSS e China.

2. **A nível ideológico, a guerra fria foi marcada por rivalidades ao nível das ideias entre…**
   A. EUA e URSS.
   B. Capitalismo e comunismo.
   C. Plano Marshall e COMECON.
   D. Europa e resto do mundo.

3. **Em que ano foi criado o Plano Marshall?**
   A. 1945
   B. 1946
   C. 1947
   D. 1948

4. **Em que ano foi criado o COMECON?**
   A. 1946
   B. 1947
   C. 1948
   D. 1949

5. **A nível político-militar a guerra fria reflectiu-se na criação de blocos militares rivais. A NATO foi criada em**:
   A. 1949 pelos EUA.
   B. 1955 pelos EUA.

C. 1949 pela França.

D. 1955 pela França.

6. **Quando e por que país foi criado o Pacto de Varsóvia?**

A. Polónia e seus aliados em 1949

B. Polónia e seus aliados em 1955

C. URSS e seus aliados em 1949

D. URSS e seus aliados em 1955

7. **Constituem manifestações da Guerra Fria todas as alíneas abaixo, EXCEPTO:**

A. A questão de Berlim

B. A Guerra da Coreia, 1950-1953

C. A crise dos mísseis em Cuba, 1959

D. Formação da URSS

8. **Após a proclamação da independência de Moçambique, as relações entre Moçambique e a África do Sul eram caracterizada por…**

A. Rivalidade e equilíbrio diplomático.

B. Amizade e Boa vizinhança.

C. Conflitos e divergências ideológicas.

D. Confrontação política e militar.

9. **Os Estados da Linha da Frente foram criados, em 1976, por…**

A. Zimbabwe, Moçambique, Botswana, Tanzânia e Zâmbia

B. Angola, Moçambique, Lesotho, Tanzânia e Zâmbia

C. Angola, Moçambique, Botswana, Tanzânia e Zâmbia.

D. Angola, Moçambique, Botswana, Namíbia e Zâmbia

10. **Qual era o objectivo da criação dos Estados da Linha da Frente?**

A. Coordenar esforços, recursos e estratégias de apoio aos movimentos de libertação

B. Combater o *apartheid* e o racismo na África do Sul e Rodésia do Sul

C. Contribuir para a consolidação do ANC e o Congresso Pan-Africano, na África do Sul

D. Lutar pelo equilíbrio económico regional e boa convivência entre os estados da região

11. **Como se chamava a organização regional, na África Austral, que surgiu na sequência dos Estados da Linha da Frente?**

A. Movimento dos Não-Alinhados

B. Conferência de Bandung

C. Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC)

D. Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)

12. **No âmbito da guerra fria o período da coexistência pacífica pode ser definido como:**

A. O período de aproximação entre a URSS e os EUA, entre 1955 e 1962.

B. O alinhamento férreo à URSS ou aos EUA, possibilitando a bipolarização internacional.

C. A construção do Muro de Berlim – símbolo máximo do bipolarismo.

D. O desmoronamento do bloco soviético trazendo ao mundo uma nova ordem internacional

13. **Que princípios defendia o Movimento dos Não Alinhados?**

A. Liberdade de integração no movimento bem como de sair quando desejar

B. Princípio da ocupação efectiva e da liberdade de comércio entre estados

C. Clareza de todos os estados sobre o bloco ao qual se pretendem aliar

D. Autodeterminação dos povos, soberania nacional e cooperação entre as nações

14. **Quem foram os líderes que deram início à aproximação entre as superpotências no início da década de 1970?**

A. Richard Nixon e Leónidas Brejnev

B. Josef Stalin e Franklin Roosvelt

C. Richard Nixon e Vladimir Lénine

D. Harry Truman e Josef Stalin

15. **Qual foi o momento crucial da reaproximação entre os blocos socialista e capitalista?**

A. Assinatura de vários tratados visando reduzir a sua crescente militarização, conhecidos por SALT – Tratado Sobre Limitação de Armas Estratégicas.

B. A queda do muro de Berlim e assinatura de diversos acordos, inclusive de colaboração a nível económico e tecnológico.

C. O SALT 2, assinado em 1979 na cimeira de Viena e que estabelecia a redução dos mísseis e bombardeiros estratégicos.

D. A colocação em prática da Perestroika, em 1987 por Mikail Gorbachev, activando a aproximação com o Ocidente.

II. Complete os espaços em branco dos textos abaixo, recorrendo às chaves indicadas.

16. **O período pós-segunda guerra mundial.**

Socialistas	URSS
capitalistas	EUA
Marshall	Europa
OCDE	

Depois da II Guerra Mundial, as diferenças entre os A _____ e a B_____levaram à divisão do mundo em duas zonas de influência. De um lado, encontravam-se países C_____, liderados pelos EUA e, do outro, os países D_____, encabeçados pela URSS. Os EUA tentaram travar a influência soviética na E_____, usando o plano F _____, lançado em 1947, sustentado na G_____ criada em 1948 com a função de distribuir ajuda americana pela Europa.

17. **Processo de pacificação em Moçambique.**

1992	Moçambique	Rodésia do sul
Joaquim A. Chissano,	Afonso M. Dhlakama	Pieter Botha
Samora Machel	Roma	África do Sul
ANC	1984	boa vizinhança
África do sul	Socialismo	Moçambique
Acordo de Incomáti	RENAMO	*apartheid*

Após a proclamação da independência de Moçambique e a adopção do A_____ como linha política, iniciou em Moçambique uma guerra interna opondo a B_____ apoiada pelos regimes racistas da C_____ e da África do Sul e o governo de D_____. Para acabar com a guerra civil, em E_____, foi assinado o F_____ entre os presidentes G_____ de Moçambique e H_____da I_____. Com este acordo, descrito como de J_____, os signatários concordaram que a K_____ deixaria de apoiar a RENAMO e L_____ deixaria de apoiar o M_____, que lutava contra o regime do N_____ no país vizinho. Este acordo não surtiu o efeito esperado, e a guerra em Moçambique continuou até o ano de O_____, com a assinatura do Acordo Geral de Paz pelo presidente de Moçambique, P_____, e o então presidente da RENAMO, Q_____, em R_____.

18. **O movimento dos não-alinhados.**

- Não-alinhamento
- 1961; Indonésia
- guerra fria
- 1952; Belgrado
- Pobreza
- 1955
- Neutralidade
- Bandung

Terceiro Mundo é uma expressão usada desde A_____ para designar ao conjunto de países que apresentavam altos níveis de B_____ e para os quais a C_____ não era benéfica para o seu desenvolvimento. Em, D_____ vários países recém-independentes reuniram na E_____onde adoptaram o ideal da F_____ no conflito Leste-Oeste. Surgia, assim, o G_____, uma política adoptada pela maioria dos países recém-independentes no sentido de se libertarem da influência dos blocos americano e soviético. Este movimento teve origem na conferência de H_____em 1955 e se oficializou na Conferência de I_____ em J_____.

III. Assinale com V as afirmações verdadeiras e F as falsas.

Afirmações	V/F
19. O Plano Marshall foi idealizado para prestar apoio a todos os países devastados pela guerra.	
20. Alguns países europeus recusaram o convite para a conferência de Paris, convocada no âmbito do Plano Marshall.	
21. Dos vários estados convidados, apenas 16 países da Europa Ocidental aceitaram o convite para estar na Conferência de Paris e delinear os termos da ajuda americana.	
22. Para contrapor o Plano Marshal, a URSS criou em 1949, o Conselho de Assistência Mútua (COMECON).	
23. O COMECON tinha como objectivo promover o desenvolvimento integrado dos países capitalistas.	

24.	Guerra fria é como ficou conhecido o ambiente de aproximação entre as duas potências (EUA e URSS).	
25.	A guerra fria teve lugar entre o final da II Guerra Mundial até princípios da década de 1990.	
26.	Os Estados Unidos e a URSS estiveram no mesmo bloco militar durante a II Guerra Mundial.	
27.	Representando ideologias políticas diferentes, os EUA e a URSS tinham em comum a oposição a Alemanha, mantendo-se as diferenças e rivalidades ideológicas entre elas.	
28.	Terminada a II Guerra Mundial com a derrota da Alemanha, reacenderam as diferenças e rivalidades entre EUA e URSS.	

TÓPICOS DE CORRECÇÃO/SOLUÇÕES

UNIDADE DIDÁCTICA 1 - AS CONTRADIÇÕES IMPERIALISTAS DOS FINAIS DO SÉCULO XIX ATÉ AO FINAL DA I GUERRA MUNDIAL

I.

1. A Europa continuava a exercer maior domínio sobres as outras regiões do mundo devido a sua supremacia económica, a disposição da mão-de-obra que era exportada para fora da Europa e o avanço tecnológico.
2. Inglaterra, França, Alemanha, Império Austro-húngaro e Rússia.

II.

3. – B; **4.** D

III

5. – V; **6**. – F; **7**. – F; **8**. - V

UNIDADE DIDÁCTICA 2 - O MUNDO DEPOIS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL ATÉ AO FINAL DA II GUERRA MUNDIAL

1.

a) Revolução Burguesa de Fevereiro e a revolução Socialista de Outubro de 1917.
b) Vladimir Lénine
c) Despertou os movimentos de libertação na Ásia, África e América Latina; o mundo ficou dividido em dois sistemas sociais opostos: o capitalismo e o socialismo; incentivou a criação de partidos comunistas em vários países.

2.

a) Nova Política Económica (NEP)
b) Reconstruir o país devastado pela guerra civil e pela I Guerra Mundial

3. Implantou o regime socialista.

4. Estaline aboliu a NEP e impôs uma economia planificada através dos planos quinquenais.

5. No final da 1ª guerra Mundial a economia dos EUA estava desenvolvida porque a guerra não decorreu no solo americano e estes não sofreram nenhuma destruição durante a guerra. Mais ainda, os EUA passaram a credores dos países europeus.

6. A economia norte-americana no período da prosperidade caracterizou-se por: alargamento dos mercados interno e externo, o que estimulou o aumento do consumo através do salário e expansão do crédito; houve o desenvolvimento da indústria automóvel (ex. trust, como a Ford, Chrysler e a General Motors).

7. O Nazismo na Alemanha, o Fascismo na Itália e o Estado Novo em Portugal.

8. *Tudo no estado, nada contra o Estado, nada fora do Estado*. (Mussolini);
   Um povo, um império e um chefe. (Hitler)
   Os dois slogan revelam uma tendência totalitária do poder;

9. Na Itália

10. D	15. V	20. V	25. B
11. B	16. V	21. V	26. A
12. B	17. F	22. F	27. A
13. F	18. V	23. D	
14. F	19. F	24. B	

UNIDADE DIDÁCTICA 3 - O NACIONALISMO ECONÓMICO DE SALAZAR

I.

1. C
2. A

3. A
4. A
5. C
6. C

II

7. V
8. V
9. F
10. V
11. F
12. V
13. F
14. V
15. V
16. V
17. V
18. F
19. V
20. F
21. V

III.

22.

A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)
B Eduardo Mondlane, Samora Machel
C Julius Nyerere
D Gana
E – Partido da Convenção do Povo

23.

A. Angola
B. Guiné Bissau
C. São Tomé e Príncipe
D. 25/09/1964
E. 07/04/1974
F. Eduardo Mondlane
G. Samora Machel
H. 25/06/1975
I. 20/09/1974
J. Joaquim Chissano

UNIDADE DIDÁCTICA 4 - O MUNDO ENTRE A CONFRONTAÇÃO E O DESANUVIAMENTO

1. A
2. B
3. C
4. D
5. A
6. D
7. D
8. C
9. C
10. A
11. C
12. A
13. D
14. A
15. B

16. A –EUA;
B – URSS;
C – capitalistas;
D – socialistas;
E - Europa;
F – Marshall;
G – OCDE

17. A – socialismo;
B – Renamo;
C – Rodésia do Sul;
D – Moçambique;
E – 1984;
F Acordo de Nkomati;
G – Samora Machel;
H - Pieter Botha;
I - África do Sul;
J – Boa vizinhança;
K – África do Sul;
L – Moçambique;
M – ANC;
N – *Apartheid*;
O – 1992;
P – Joaquim Chissano;
Q – Afonso Dhlakama;
R - Roma

18. A-1952;
B – pobreza;
C – guerra fria;
D – 1955;
E – Indonésia;
F – Neutralidade;
G – Não-alinhamento;
H – Bandung;
I – Belgrado;

19. F
20. V
21. V
22. V
23. F
24. F
25. V
26. V
27. V
28. V

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARREIRA**,** A., & MOREIRA**,** M. (s.d). História Activa 3. Da Guerra de 1914/1918 aos nossos dias 9º ano de escolaridade, Edições ASA.
- FENHANE, J.B. (2000). História-10.ª classe, Maputo, DINAME.
- GUERRA, M.L. (1976). História Moderna e Contemporânea, Porto Editora.
- KIERBO, J. (1999). História da África Negra - Vol. II, Portugal, Publicações Europa América.
- NEVES, P. A., MAIA, C., & BAPTISTA, D. (2002). Clube de História-9, Porto Editora.
- NEVES, P.A., ALMEIDA, V. C. (1993). À Descoberta da História 9, 9º ano de Escolaridade, Porto Editora.
- UEM (1983). História de Moçambique - Vol. 2: Agressão Imperialista.